

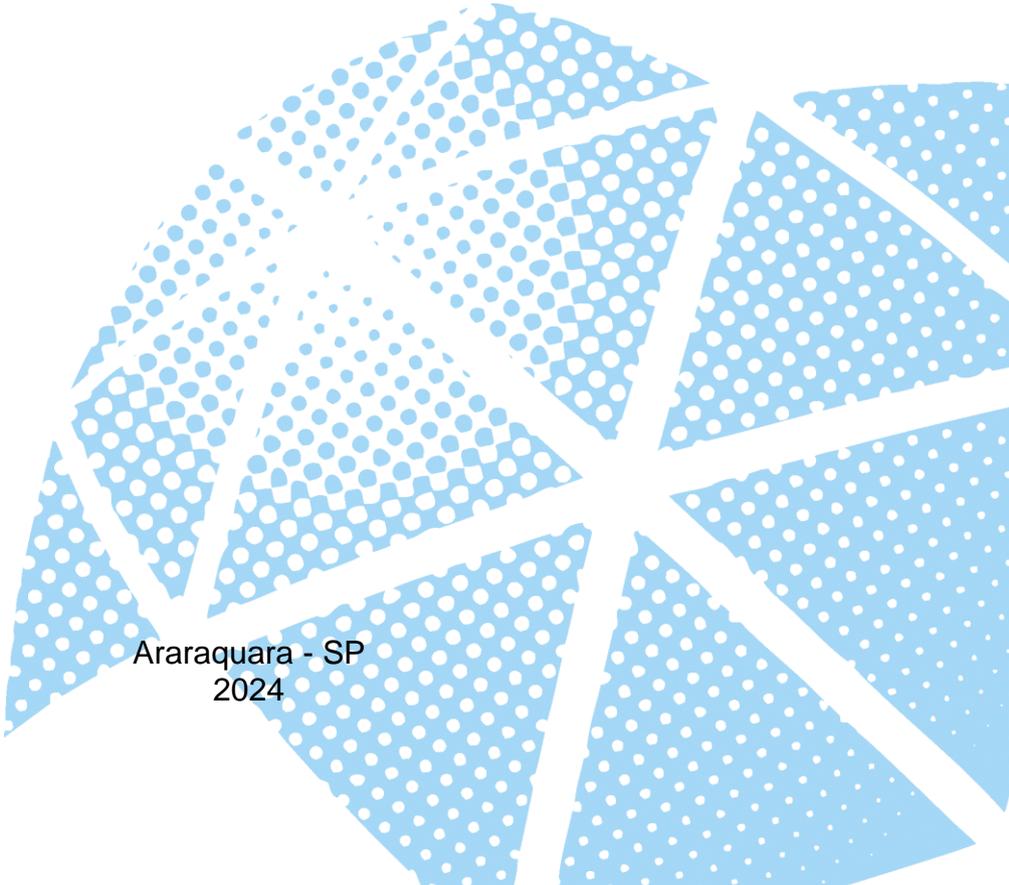
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara - SP

JOÃO VICTOR BORGES DE ANDRADE

UM CORPO MORTO:

Relações entre Memória, Esquecimento e Corpo, em Nove Noites de Bernardo
Carvalho

Araraquara - SP
2024



JOÃO VICTOR BORGES DE ANDRADE

UM CORPO MORTO: Relações entre Memória, Esquecimento e Corpo, em Nove Noites de Bernardo Carvalho

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários. Exemplar apresentado para a defesa de dissertação.

Área de Concentração: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientador(a): Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak

Araraquara - SP
2024

A553c Andrade, João Victor Borges de
 UM CORPO MORTO : Relações entre Memória,
 Esquecimento e Corpo, em Nove Noites de Bernardo
 Carvalho / João Victor Borges de Andrade. -- Araraquara,
 2024
 84 p.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
 (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
 Orientador: Jacob dos Santos Biziak

 1. Literatura brasileira. 2. Análise de discurso
 materialista. 3. Corpo. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa possui o potencial de ampliar os horizontes interpretativos da literatura brasileira contemporânea, ao abordar o texto literário como espaço de significação das práticas sociais, ideológicas e históricas. O estudo oferece diálogos epistemológicos inovadores, ao partir de uma posição de entremeio, entre os Estudos Literários e a análise de discurso materialista, buscando compreender os discursos sobre corporeidade e as relações de poder, articulados na narrativa. Assim, ao fomentar essas reflexões críticas sobre a visibilidade e a nomeação de corpos na literatura, permite-se que novas perspectivas sobre identidade, história e resistência sejam trazidas no contexto das teorias e crítica da narrativa.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has the potential to broaden the interpretative horizons of contemporary Brazilian literature by approaching the literary text as a space of meaning for social, ideological, and historical practices. The study offers innovative epistemological dialogues by positioning itself at the intersection between Literary Studies and Materialist Discourse Analysis, aiming to understand the discourses on corporeality and power relations articulated in the narrative. By fostering critical reflections on the visibility and naming of bodies in literature, it allows new perspectives on identity, history, and resistance to emerge within the context of narrative theories and criticism.

JOÃO VICTOR BORGES DE ANDRADE

UM CORPO MORTO:

Relações entre Memória, Esquecimento e Corpo, em Nove Noites de Bernardo Carvalho

Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Data da defesa: 20/09/2024

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Jacob dos Santos Biziak
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo - SP

Membro Titular: Prof. Dr. Pedro Barbosa Rudge Furtado
Unesp - FCLAr

Membro Titular: Profa. Dra. Nádia Régia Maffi Neckel
Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina.

Dedico a todos aqueles que já ousaram dizer um dia, que minha munheca precisava parar de cair, ou ser mais “homem”. Ainda bem que continuei “desmunhecado”: isso me ajudou a escrever melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Exu, por abrir meus caminhos para que respectivas oportunidades pudessem se concretizar. À Maria das Almas pelo movimento, ao meu pai Oxalá pela sabedoria, à Oxum por me acalmar e me ninar em seu colo quando mais precisei e a Ogum por me fazer guerrilhar e sempre me manter de pé.

Ao meu orientador Jacob dos Santos Biziak, o qual me orienta, inspira, reorganiza-me, ajuda-me a ressignificar e a afrontar a mim mesmo. Agradeço a todas as oportunidades, sem elas eu não acreditaria ou não conheceria o João Victor esquecido.

Agradeço aos meus pais por sempre me apoiarem, mas especialmente à minha mãe, à minha irmã, à minha avó e a toda força feminina que rege minha família. A maioria delas tiveram de sacrificar suas vidas e abusarem da vassoura em “casas de família” para que eu pudesse estar aqui abusando da palavra.

Agradeço às mulheres fortes que me rodeiam, minhas amigas de pós-graduação, de estudos e de partilhas: Carol, Patrícia e Mayara, sem vocês este caminho seria mais pesado. Vocês me trouxeram a leveza e o encantamento não só dos estudos, mas da vida.

Aos meus colegas de G.E.Di (Grupo de Estudos do Discurso), às reflexões psicanalíticas e aos aprofundamentos teóricos.

Aos meus colegas de trabalho, que sempre me incentivaram e tornaram muitas vezes meus horários mais “tranquilos”, para que eu pudesse suportar o peso do trabalho e dos estudos.

À música e à arte que me sustentaram nessa realidade, que me tornaram uma pessoa mais sensível e viva.

A todas as críticas e as reflexões herdadas da minha banca de entrada na instituição, que me ensinaram o que é lutar pelo meu trabalho e pelo meu espaço na academia.

Aos meus melhores amigos e irmãos, por toda a rede de apoio criada para mim, sem vocês tudo isso seria apenas cinza(s).

Aos meus familiares e ancestrais em geral, que sempre manifestaram o orgulho por mim, pelo meu trabalho e pelo que sou.

Aos nossos amores, não só um, mas sim dois, o meu amor por você e o seu por mim, Luís.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo à carreira acadêmica e pelo apoio financeiro para a realização da minha primeira viagem internacional, na qual realizei o sonho de representar o programa e minha pesquisa em Montevideo – Uruguay.

Por fim, agradeço a todos aqueles que possivelmente foram esquecidos, ou que não estão materializados em nomes, mas em marcas de energia e que cruzaram o meu caminho até aqui em algum momento. O esquecido é marca em mim, portanto ele permanece.

RESUMO

No presente trabalho, o texto literário, sobretudo o brasileiro contemporâneo, é compreendido, nesta dissertação como um campo de estudos e espaço de significação das práticas sociais e ideológicas, nas quais diferentes relações da sociedade são formadas e reformadas a partir da normatividade, da opressão e da resistência. Com isso, buscou-se investigar as diferentes relações do sujeito com o dizer e seus diversos efeitos de sentido, o que permitiu construir um gesto de leitura sobre o romance “Nove Noites”, de Bernardo Carvalho, balizando alguns conceitos discursivos, tais como os de “memória” (lembrar), “esquecimento” (esquecer) e “corpo” como imbricações simbólicas entre materialidades linguístico-literárias e efeitos de sentidos no imaginário. A obra escolhida como corpus pertencente ao início dos anos 2001, é trazida à tona, a partir de um enfrentamento histórico anterior à cena contemporânea no Brasil, que resistiu e fez com que a prosa brasileira permanecesse em meio a um golpe de Estado (1964) anterior, que movimentou e gerou impacto em toda uma linha de produções literárias e crítico-literárias posteriores. Ao utilizar as noções discursivas sobre o texto literário brasileiro contemporâneo, partimos de um percurso entre epistemologias distintas que divergem e convergem, partindo de premissas que tentam discutir as contribuições dos conceitos discursivos e da análise de discurso materialista, para o processo de análise literária, a qual considera não somente a literatura como materialidade da língua, mas também como materialidade do sujeito, junto à exterioridade constitutiva. Ao se levar em consideração os estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, bem como suas contribuições para a análise de discurso, a dissertação se debruçou em investigar como a relação entre “memória” e “esquecimento” resultam no processo de enunciar e nomear os corpos ao longo da narrativa, tais como, o corpo do personagem antropólogo, os corpos indígenas marcados pela diferença, o próprio corpo da narrativa enquanto unidade ou, até mesmo, o corpo daquele que enuncia, como locutor – todos esses sustentados por uma relação de “lembrar” e de “esquecer”. Assim, tratando a elaboração da corporeidade dos personagens em perspectiva discursiva, esta dissertação não compreende a literatura apenas como um texto narrativo, mas relacionada a uma compreensão da prática literária enquanto ideológica (não inversão ou mistificação do real, mas relação imaginária e simbólica com este). Além das relações entre “memória” e “esquecimento”, o presente texto busca também propor uma relação discursiva sobre a construção do corpo em discursos, a partir do pressuposto de que todo discurso, em relação a uma forma-sujeito, interpela os sujeitos enquanto corporeidade, assumindo uma posição e uma relação com as realidades, refletindo também sobre como tal construção permite determinados corpos emergirem como visíveis, seja no “real” da história ou no “real” da língua.

Palavras-chave: memória; esquecimento; corpo; romance contemporâneo; Bernardo Carvalho.

ABSTRACT

In this study, the literary text, particularly contemporary Brazilian literature, is understood in this dissertation as a field of study and a space for the signification of social and ideological practices, in which various societal relationships are formed and reformed through normativity, oppression, and resistance. Thus, the research sought to investigate the different relationships between the subject and discourse and their diverse effects of meaning, enabling the construction of an interpretive reading of the novel *Nove Noites* by Bernardo Carvalho. This reading is anchored in certain discursive concepts, such as "memory" (remembering), "forgetting" (to forget), and "body," seen as symbolic entanglements between linguistic-literary materialities and the effects of meaning in the imaginary. The work, chosen as the corpus, belongs to the early 2000s and is revisited in light of a historical confrontation prior to the contemporary Brazilian context, one that endured and allowed Brazilian prose to persist amidst the earlier military coup of 1964, which profoundly influenced subsequent literary and critical-literary productions. By employing discursive notions in the analysis of contemporary Brazilian literary texts, the study traverses distinct epistemologies that diverge and converge, attempting to discuss the contributions of discursive concepts and materialist discourse analysis to literary analysis. This approach considers literature not only as a linguistic materiality but also as a materiality of the subject, alongside its constitutive exteriority. Drawing on the studies of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, as well as their contributions to discourse analysis, the dissertation focuses on investigating how the relationship between "memory" and "forgetting" shapes the processes of enunciating and naming bodies throughout the narrative. These include the body of the anthropologist character, the indigenous bodies marked by difference, the narrative body as a unit, and even the body of the enunciator or speaker—all sustained by a dynamic interplay between remembering and forgetting. By addressing the construction of characters' corporeality from a discursive perspective, this dissertation does not view literature merely as a narrative text but relates it to an understanding of literary practice as ideological—not an inversion or mystification of reality, but an imaginary and symbolic relationship with it. Beyond the relationships between "memory" and "forgetting," this study also seeks to propose a discursive analysis of the construction of the body within discourses, based on the premise that every discourse, in relation to a subject-form, interpellates subjects as corporealities. This process assumes a position and a relationship with realities, reflecting on how such construction allows certain bodies to emerge as visible, whether in the "real" of history or the "real" of language.

Keywords: memory; forgetfulness; body; contemporary novel; Bernardo Carvalho.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Foto Buell Quain.....72
Imagem 2 - Foto Buell Quain.....72

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Incidência de palavras.....	65
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEs Aparelhos Ideológicos de Estado

AREs Aparelhos Repressivos de Estado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ANÁLISE DE DISCURSO COMO DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE CRÍTICA LITERÁRIA	17
2.1 A BASE FILOSÓFICA DA AD EM ALTHUSSER: LITERATURA, POÉTICO E PRÁTICA SOCIAL	19
2.2 MICHEL PÊCHEUX E A ELABORAÇÃO DA AD: A AD PODE PRODUZIR CRÍTICA LITERÁRIA – NARRATIVIDADE E NARRATIVA.....	26
2.3 ENUNCIÇÃO, ENUNCIADOR, AUTORIA, CORPO E MEMÓRIA	35
3. NOVE NOITES: CORPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO.....	44
3.1 A RELAÇÃO ENTRE NARRATIVA, ENUNCIADOR E ENUNCIÇÃO EM NOVE NOITES	44
3.2 ENUNCIADORES	49
3.3 ESQUECIMENTOS	57
3.4 ENUNCIÇÃO QUE ORGANIZA E QUE PRODUZ EFEITO DE UNIDADE	58
3.5 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM NOVE NOITES.	63
3.6 CONSTRUÇÕES DE CORPOS E PERSONAGENS EM NOVE NOITES	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87

1. INTRODUÇÃO

A proposta inicial deste trabalho surgiu a partir de uma tentativa de submissão de projeto de iniciação científica ainda na graduação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Sertãozinho, no ano de 2020. Entretanto, a proposta teve de ser alterada devido a vários acontecimentos em um ano atípico e pandêmico, além da necessidade de um aprofundamento teórico maior do então graduando.

Tal aprofundamento foi possível a partir do ingresso no Grupo de Estudos do Discurso (G.E.Di), de 2020 em diante. Os encontros, as leituras e os estudos possibilitaram um amadurecimento acadêmico em Estudos Literários, e principalmente nos estudos discursivos, que se tornaram uma pergunta de pesquisa, bem como a junção e a colocação de dois campos distintos e contestados, tomados como uma posição de entremeio. É importante ressaltar que os estudos discursivos de Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi aqui tomados não se tornam apenas um dispositivo de análise do texto literário, mas sim um dispositivo analítico como um todo, dando ao texto literário a possibilidade de emergir e de acontecer como um campo político de enunciação.

Dessa forma, a partir da possibilidade de realização do Mestrado Acadêmico e do aprofundamento do texto literário que um Programa de Pós-graduação proporciona, o desejo antes adiado do ainda graduando passou a ser visto como uma possibilidade concreta, não somente de entrada a esse texto, mas a uma série de aplicações e de problematização das análises surtidas, do trabalho de leitura do romance contemporâneo brasileiro.

Ao levar em consideração a circulação de pesquisas e a produção de trabalhos acadêmicos sob o vasto campo teórico-crítico dos Estudos Literários, é possível refletir sobre distintas delimitações históricas, políticas e sociais que compõem uma memória, as quais evocam corpos e, principalmente, colocam em jogo a maneira como a palavra pode ser considerada, debatida e/ou investigada. Nesse viés, ao tratar de análise literária, tais memórias (em especial a construção de memória no romance escolhido) são vistas como um exemplo de materialização de narrativas, ficcionais ou em fatos, as quais organizam histórias a partir de suas respectivas condições de produção, estruturas, estratégias e estilos.

Ao considerar estes aspectos, a obra “Nove Noites” de Bernardo Carvalho nos permite uma leitura sobre o romance brasileiro contemporâneo, e em seguida, um avanço teórico, sobre/ a partir de sua exterioridade e interioridade. Tal relação de interioridade e exterioridade não devem ser compreendidas somente como organizadoras estruturais da narrativa, mas como subsídio de manifestações ideológicas de poder, de discursividade e até da da relação com a história e a historicidade, fazendo do romance um lugar específico na história de uma literatura brasileira, o que resultará em relações de diferenças a partir das quais se pensa as posições de valor sobre literatura (crítica literária).

Ao trazer como dispositivo analítico que contribuirá ao gesto de leitura, a análise de discurso, mesmo sendo difícil de ser sintetizada, aparece como problematização às “maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem” (Orlandi, 2013, p. 07). Dentre essas manifestações da linguagem, circula(m) o(s) discurso(s), que assume(m) a exterioridade como ponto constitutivo, muito semelhante aos Estudos Literários, os quais se utilizam do texto ficcional para analisar a exterioridade e a interioridade, a partir do atravessamento histórico e ideológico que problematiza e convida à baila noções que se divergem, mas que podem dialogar ao mesmo tempo, sendo vistas sob uma posição de entremeio. Tais relações de interioridade e exterioridade, mesmo mencionadas de forma separada, não estão descoladas, pois a autoria, a forma como o texto literário diz e as relações hierárquicas de poder estão imbricadas e indissociadas.

Para Candido (1965), essa relação dinâmica entre interioridade e exterioridade irá ocorrer de forma dialética, na qual considera como interioridade todo elemento estruturante da/na narrativa, sendo eles os personagens, o foco lhes dado e a consideração do texto literário como configuração poética da palavra, podendo ou não haver ambiguidade e complexidade nele. Quanto à exterioridade, Candido (1965) irá delimitá-la como todo fator social, e sua importância se dá “não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.” (Candido, 1965, p. 04). Assim, embora a história não se limite ao contexto, sendo o processo de historicização para análise de movimentos estruturais e temáticos do texto. Ainda assim, o movimento estruturante diferencia-se do processo de consideração da exterioridade compreendida pela análise de discurso materialista.

Enquanto os Estudos Literários consideram a interioridade como elemento estruturante na narrativa, a análise de discurso materialista¹ irá prevê-la como toda elaboração discursiva condicionada por práticas ideológicas dinâmicas. Nesse contexto, as estruturas internas do discurso, sendo elas as construções linguísticas e semânticas, bem como a subjetividade das enunciações, não são características estáticas do sujeito, mas sim um resultado de processos históricos e sociais. A partir disso, ao referenciar os processos históricos e trazer à tona a exterioridade, a grande diferença está em como a análise de discurso problematiza essas posições como práticas ideológicas, não como já dados. Dessa forma, a consideração do termo “contextos históricos ou sociais”, na literatura, é ressignificado pela AD, como “condições de produção”, sendo elas “as condições materiais de existência, as formações imaginárias, a historicidade e o trabalho da ideologia²” (Santana, 2021, p. 186), lidos a partir do texto ficcional.

Assim, o texto ficcional, sobretudo o brasileiro contemporâneo, será compreendido aqui não apenas como a construção de mundos e planos imaginários, mas como um espaço no qual há reprodução, questionamentos e até subversão das relações de poder e de ideologias dominantes. Nessa perspectiva, o romance “Nove Noites” de Bernardo Carvalho, escolhido como *corpus* de análise, pertencente ao início dos anos 2001, só pôde ser pensado a partir de um enfrentamento histórico anterior à cena contemporânea no Brasil, que resistiu e fez com que a prosa brasileira permanecesse em meio a um golpe de Estado (1964) anterior, que movimentou e gerou impacto em toda uma linha de produções literárias e crítico-literárias posteriores. Já a literatura será defendida, neste trabalho, não somente como um meio estético e de entretenimento, mas também como um campo de estudos e um espaço de significação das práticas sociais e ideológicas, nas quais diferentes relações da sociedade são formadas e reformadas a partir da normatividade, da opressão e da resistência.

Tal relação de resistência e de movimentação ideológica age também como elemento fundador das bases filosóficas da análise de discurso de Michel Pêcheux,

¹ É válido ressaltar que a escolha do termo “materialista” utilizado nesta dissertação ocorreu para diferenciar a vertente da análise de discurso das demais existentes e será aprofundado de forma mais detalhada ao longo dos capítulos.

² Ideologia como prática social com efeitos imaginários por meio dos quais o sujeito estabelece vínculos simbólicos;

na França, e de Eni Orlandi, no Brasil, mesmo de modos específicos e em tempos distintos, elas se constituem a partir de contribuições materialistas anteriores, que serão esmiuçadas no capítulo inicial, a saber: “ANÁLISE DE DISCURSO COMO DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO CRÍTICA LITERÁRIA”. Nele, debate-se em alguns subtópicos, como: “A base filosófica da AD em Althusser: literatura, poético e prática social”. Assim, este capítulo se debruça em apresentar as contribuições que a análise de discurso, iniciada a partir de Louis Althusser, pode desempenhar como dispositivo de análise do texto literário e como método da própria crítica literária, interseccionando olhares e epistemologias.

Além disso, o capítulo também inicia seu percurso de apresentação sobre algumas noções constitutivas neste trabalho e essenciais para a própria AD. Logo, tais noções são colocadas em discussão junto a conceitos literários que se enlaçam e se confrontam. Entretanto, é importante deixar claro, que tal confronto não busca adotar lados ou enfatizar uma escolha de ordem, mas sim uma problematização do efeito de óbvio, a partir de uma posição de entremeio das/nas áreas. Neste capítulo, fez-se necessário também, embora de forma introdutória, apresentar algumas noções basilares para o trabalho, antes de serem postas em funcionamento, a partir do movimento de análise. Essas noções são reconhecidas como: “Narrativa”, “Narratividade”, “Enunciação”, “Enunciador”, “Autoria”, “Corpo” e “Memória”. Assim, estes conceitos podem ser entendidos tanto em seu sentido da crítica literária quanto discursivo, por isso a importância de tal movimento de explanação inicial.

Já no seguinte capítulo, intitulado “NOVE NOITES: CORPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO”, alguns conceitos, que nomeiam esta dissertação, antes somente introduzidos, serão convocados em análise, em especial o processo de memória, esquecimento e corpo, que poderão ser discutidos também nos Estudos Literários, mas não com as mesmas considerações, por isso a delimitação e diferenciação necessária. A ideia principal deste trabalho não é comparar, mas sim tratar estes campos em suas singularidades e alianças, que se complementam e podem vir a ser outra posição de entremeio, tal como se constituiu a análise de discurso materialista. Com isso, nosso gesto de leitura compreende que há enunciadores diferentes na obra, mas não por uma questão de nomeação, mas por procedimentos e funcionamentos do dizer diferentes. Portanto, será necessário demonstrar a análise que nos convoca a tal compreensão e como ela inclui efeitos de sentidos sobre corpos e vidas na obra de Carvalho.

Já as considerações finais deste trabalho, após todo movimento de análise, revelam a complexidade na relação entre memória, esquecimento e corpo, ou melhor, como, a partir da relação entre memória e esquecimento, é construído um corpo. Essa construção de direciona a maneira como determinadas culturas e os corpos nelas pertencentes serão representados e descritos. É importante ressaltar que não me refiro aqui apenas às enunciações que buscam descrever um corpo, materializando-o, mas sim às construções simbólicas, a partir de imaginários coletivos e de formações discursivas que atravessam um corpo. Esse, por sua vez, atua sob uma posição hierárquica de poder, fazendo-nos refletir sobre qual corpo será esquecido e/ou lembrado. A partir das reflexões desse tópico final, é possível concluir como essas dinâmicas de oposições (lembrar e esquecer) não apenas constroem os personagens e enunciadore (e sua relação entre eles), mas também organizam e estruturam a narrativa.

2. ANÁLISE DE DISCURSO COMO DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE CRÍTICA LITERÁRIA

Ao refletir sobre os fundamentos filosóficos que sustentam a análise de discurso materialista³, é possível compreender, a partir do atravessamento da história, que tal campo é perpassado por dois fios condutores importantes: a Ideologia e a Luta de Classes. Ambos os conceitos determinam a forma como o estudo não apenas acontece na França, como também no Brasil, munidos, assim, pela força do operário em desestabilizar as estruturas, por meio da luta de classes em sua ousadia de se rebelar. Nesse sentido, Michel Pêcheux inicia seu percurso tomando seus estudos de uma posição de entremeio, entre a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico⁴ (luta de classes), relendo e ressignificando Louis Althusser (2022) que, seguindo a ordem epistemológica materialista, também teve de se debruçar sobre o conceito de trabalho, da exploração econômica e da luta de classes, a partir de Karl Marx e Engels (1876).

Em seus processos primários Marx e Engels, durante os séculos XVII e XVIII, apresentaram o ato do trabalho como movimento de reprodução e de alienação. A partir disso, os sujeitos alienam-se em relação ao ato, à força e à vastidão que sua falha poderia causar ideologicamente caso fosse reformado em direitos. Assim, como afirma Engels:

Os homens que [...] haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classe entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe (Engels, (2006, [1876], p.08).

³ É importante ressaltar que a análise de discurso recortada no presente capítulo busca caminhar especificamente por uma análise de discurso difundida por Michel Pêcheux, na Europa, e Eni Puccinelli Orlandi, no Brasil.

⁴ Embora se conectem e se interrelacionem, a especificidade do materialismo histórico é enfatizada e busca ser diferenciada do materialismo dialético, nesta dissertação, tendo como principal objetivo, o foco na leitura da história e da sociedade e suas relações ideológicas, operando principalmente por meio de Aparatos Ideológicos de Estado, via Althusser (2022).

Posto isso, nessa dimensão inconsciente da realidade em que o sujeito se encontra, acaba por produzir instrumentos de trabalho, a partir de sua própria força humana, a qual poderá ser substituída ou aniquilada pelo próprio instrumento. Nesse viés, as relações de incompreensão e/ou alienação do trabalho pousará, posteriormente, sobre o plano discursivo, como um movimento ideológico, e se tornará uma das principais raízes epistemológicas para os estudos do discurso. Isso, porque o indivíduo, ao não se reconhecer como um sujeito que reproduz ideologias, aliena-se da mesma forma, pois seu próprio processo ideológico, quando descolado de sua consciência, pode aniquilar seu direito de dizer. Assim, Michel Pêcheux, por gestos de leitura de Louis Althusser (2022)⁵, incorpora e reelabora conceitos materialistas primários, tais como: condições de produção, interpelação do indivíduo em sujeito⁶, formação/composição do sujeito ideológico – os quais serão debatidos a seguir. Entretanto, para chegarmos a esses desdobramentos do sujeito, da história e da sociedade, torna-se fundamental esclarecer antes como o materialismo histórico compreende essas noções, para assim adentrarmos à ideologia.

Elementos constitutivos não somente da análise de discurso materialista, mas também dos Estudos Literários brasileiros, as noções de história, sujeito e sociedade, bem como a história da sociedade compõem o escopo epistemológico do materialismo histórico, a começar por Marx e Engels, que preveem que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.” (Marx; Engels, 2005, p. 40), em uma das principais obras que marcaram o materialismo, no mundo: “Manifesto Comunista”. Nesse sentido, é possível presumir que a concepção de história, segundo eles, pode ser considerada um resultado das transformações nas condições materiais de vida e nas relações de produção, e não apenas um efeito movido por ideias e pelo espírito absoluto (como na herança hegeliana de filosofia).

Nessa perspectiva, o resultado ocorre de forma semelhante ao tratarem também o sujeito e a sociedade, desafiando o idealismo alemão, que via tais conceitos como fatores secundários em relação às ideias. Assim, a visão de Marx e Engels sobre

⁵ A obra “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado” de Louis Althusser foi lançada em 1970. Nela, Althusser explorou sua teoria sobre a reprodução das relações de poder na sociedade capitalista por meio dos aparelhos ideológicos do Estado.

⁶ É importante trazermos a diferença entre indivíduo e sujeito, para que não haja equívocos de leitura. O indivíduo pode ser reconhecido por diversas correntes de pensamento, como um composto biológico, concreto e singular. Entretanto, para a análise de discurso materialista, os indivíduos são interpelados em sujeito, logo tal posição é construída dentro do discurso, moldada pelas ideologias dominantes e pelas diferentes formações imaginárias de discurso acessadas por ele.

o sujeito e a sociedade direciona o olhar materialista histórico, propondo que o sujeito é moldado pelas condições materiais e pelas relações sociais que o cerca; e a sociedade em si é vista sob a organização de estruturas, sejam elas de ordem econômica ou de instituições políticas e religiosas. Sendo assim, o sujeito não é indivíduo, tampouco a sociedade é meramente uma manifestação de ideias, mas sim um resultado entre infraestrutura econômica e superestrutura, ideologia e política, por exemplo.

2.1 A BASE FILOSÓFICA DA AD EM ALTHUSSER: LITERATURA, POÉTICO E PRÁTICA SOCIAL

Ainda a partir das discussões de Marx e Engels (2006 [1876]), o filósofo Louis Althusser (2022)⁷ irá problematizar a relação dos indivíduos, que, ao serem interpelados como sujeitos, alienam-se às suas condições de existência. Essa constituição do sujeito se dá sob um movimento de internalização e de reprodução de ideologias dominantes, assim, sob uma visão deturpada do mundo real, reproduz-se a manutenção das estruturas de poder existentes. Nesse sentido, o filósofo irá discutir a ideologia não apenas como um “sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (Althusser, 2022, p. 90), mas em sua realidade material, que funciona por meio de Aparelhos Ideológicos de Estado.

Para Althusser (2022), que busca recuperar e ressignificar algumas proposições do materialismo histórico,

Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída pelos «níveis» ou «instâncias», articulados por uma determinação específica: a **infraestrutura** ou base econômica («unidade» das forças produtivas e das relações de produção), e a **superestrutura** que comporta em si mesma dois «níveis» ou «instâncias»: o jurídico-político (o direito e o Estado) e a ideologia (as diferentes ideologias, religiosas, moral, jurídica, política etc.) (Althusser, 2022, p. 65, grifos meus).

Para o filósofo, essa divisão/organização social entre infra e superestrutura determina não somente a estrutura social, como também todo processo de constituição e interpelação do indivíduo em sujeito. Sendo assim, o sujeito explorado

⁷ É importante ressaltar que este capítulo procura esboçar, mesmo que de forma superficial, um percurso de encontros e aprofundamentos epistemológicos que originaram diversas noções discursivas, principalmente a ideologia que interpela os sujeitos, em especial a base filosófica da análise de discurso em Althusser.

pelas forças produtivas, por meio da base econômica (infraestrutura), para ser reconhecido como sujeito, precisa, antes mesmo, corresponder com o Estado e ser reconhecido por ele, pois este organiza e movimenta o sistema jurídico, a religião, a educação e a ideologia (superestrutura). Assim, essas instituições e práticas citadas, embora lidas por vezes autônomas às forças do Estado, desempenham um papel fundamental na propagação de ideologias determinantes. Posto isso, mesmo não sendo possível desassociarmos a noção de infraestrutura da superestrutura, é importante nos debruçarmos sobre a noção de superestrutura, pois é ela quem nos direcionará ao conceito de ideologia e aos aparelhos de propagação, sendo eles os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs).

Nesses aparelhos são mencionados elementos primários, como a Igreja, o Exército e a Escola, os quais reproduzem diferentes relações de poder, condições de produção de ideologias dominantes e a normatividade social implantada. A partir deles é que a língua e suas ramificações, tais como a literatura e o poético, irão se manifestar.

A Escola, vista como um dos principais Aparelhos Ideológicos de Estado, é capaz de reproduzir e de financiar as relações de produção, independente do seu objetivo final traçado, pois

Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de «cultura científica» ou «literária» diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores etc.). Aprendem-se, portanto, «saberes práticos» (des «savoir faire»). (Althusser, 2022, p. 62)

Nesse sentido, tidas como um dos saberes práticos e frutos de Aparelhos Ideológicos de Estado, a língua e a literatura são inseridas e apresentadas na educação dos sujeitos como um processo de reprodução das condições de produção⁸ e de todo o processo normativo, tendo em vista a educação brasileira que servirá como ponto de sistematização da literatura, objeto principal deste estudo. A partir disso, ao ser considerada um objeto de estudo, mesmo que na escola, a literatura

⁸ Essas condições de produção, segundo a AD, podem ser consideradas como um conjunto de práticas sociais, históricas e ideológicas que moldam a formação dos discursos. Consoante Eni Orlandi (2013 p. 28), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. Além disso, podem estar reduzidas apenas à prática discursiva imediata ou em seu sentido mais amplo, considerando seu processo histórico-ideológico.

estará relacionada em seu sentido íntegro à noção de “trabalho”, que não deve ser considerada apenas uma questão de produção econômica, mas também de produção ideológica e teórica. Com isso, a literatura e o trabalho estabelecem não apenas uma produção material de bens, de forma concreta, mas também a produção de sentidos e de significados que circulam na sociedade, por meio da reprodução de ideologias, o que configura as relações de poder e as formas de subjetivação.

Sob esse viés, o movimento de “luta de classes” surge. Discursivamente, ele pode ser compreendido como o processo de embates ideológicos, no qual diferentes grupos sociais disputam a hegemonia na construção dos sentidos. Assim, a luta de classes se manifesta não apenas como um movimento de reivindicação material e econômica (infraestrutura), mas como processo de subversão intelectual. Nesse contexto, a literatura quando associada ao “trabalho” e à “luta de classes” atua como um campo complexo, sendo, ao mesmo tempo, um espaço de reprodução das forças dominantes (superestrutura) e um campo de desconstrução dessas ideologias hegemônicas. É também este objetivo que o presente trabalho busca atingir: problematizar o campo literário brasileiro, por meio do texto ficcional brasileiro contemporâneo que faz emergir e vir a revelar camadas ideológicas presentes na literatura, considerando a obra literária nacional não apenas como um produto estético, mas também prática social e histórica que pode vir a servir de base à análise de discurso, como dispositivo de produção de crítica literária.

Antes, delimitamos que, ao falar do literário, não buscamos uma conceituação ampla sobre o que é literatura, até porque “o ‘conceito’ de literatura é ativamente ideológico” (Williams, 1979, p.51) e irá (re)significar muitas vezes em diversos momentos. Entretanto, procuramos problematizar como é tomado, por muitos, o texto literário ficcional brasileiro, na contemporaneidade, recortada por determinadas condições de produção temporais e estruturais (prosa/romance). No entanto, antes de se chegar ao “contemporâneo”, é preciso se debruçar sobre o que se fez antes de todo esse processo.

Para tanto, ao tentar apresentar o campo literário a partir de um viés ideológico, iniciamos as discussões através da consideração do social para a literatura. Assim, apresentamos Candido (1965), afetado por Lucáks, em seu livro “Literatura e Sociedade”, o qual menciona que:

É este, com efeito, o núcleo do problema, pois quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que

interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, idéias), que serve de veículo para conduzir a corrente criadora (nos termos de Lukács, se apenas possibilita a realização do valor estético); ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (nos termos de Lukács, se é determinante do valor estético) (Candido, 1965, p.14)

Essa inquietação sobre o fator social, político e econômico⁹ de uma obra literária, coloca inquietações sobre a premissa: *a literatura apenas configura o cenário e os temas abordados pela narrativa, ou é fundamental para a formação da essência da criação literária?* Para ousar responder, alinhamo-nos ao reconhecimento da análise de discurso materialista, discutindo a maneira como a crítica ao texto literário pode ser enriquecida a partir das considerações teóricas do campo. Isso, porque “no funcionamento da linguagem, [...] temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (Orlandi, 2013, p. 19).

Sendo assim, ao não considerar o processo de funcionamento da linguagem apenas como um sistema de transmissão de informação, a AD, trazida junto aos estudos literários, auxilia a pensar nessa constituição dos sujeitos e na instituição de uma literatura que busca sua consideração social e sua relevância ocidental. É nesse movimento que Tânia Pellegrini (1999) irá se debruçar, traçando um percurso sobre a literatura no Brasil, sua recepção nacional e mundial, a reatualização das linguagens – como a televisão e a mídia em geral –, bem como as relações econômicas que produzem uma indústria cultural e literária, o que impactou a maneira como a literatura brasileira foi e passa a ser reconhecida, a partir de um recorte histórico da prosa brasileira dos anos 1970 e 1980:

[...] É que a literatura é uma arte elitista" (Rubem Fonseca); "... é incontestável que [no Brasil] a editoração é extremamente baixa per capita. A editoração e a tiragem são baixas, as reedições são ocasionais e o preço do livro é excessivamente alto (Antonio Houaiss); [...] nos últimos vinte anos; além de o analfabetismo ter recrudescido, o desenvolvimento desigual concentra as riquezas no sul. Portanto, por trás de todas essas peculiaridades numéricas, "forças e fraquezas" do mercado, o que se coloca é a lógica perversa do descompasso entre progresso e atraso, expressa na separação entre livro e leitor, entre a indústria do livro e o público potencial que ela poderia atingir. Isto é, a leitura, no Brasil, continua "rarefeita", devido a problemas histórico-estruturais que ainda não encontraram solução (Pellegrini, 1999, p. 149-151).

⁹ Para a palavra *contexto*, sendo ele “social, histórico, político ou econômico”, será adotado o conceito da análise de discurso materialista como “condições de produção”, o qual será esmiuçado posteriormente.

Ao retomar as discussões sobre os fatores social, econômico e ideológico e considerar os estudos de Althusser (2022), é possível compreender que a literatura, como qualquer prática de produção cultural, é moldada pelas condições econômicas de sua produção, e isso inclui as circunstâncias materiais em que ela é produzida, difundida e acessada. Contudo, a literatura não se determinará apenas economicamente, ou servirá somente como um espaço de reflexo das condições sociais ou como um instrumento ideológico, mas sim como um espaço de intersecção e de enlaçamento dessas ordens, que emerge lutas e contradições.

Com isso, traz-se à luz as contribuições da pesquisadora Tânia Pellegrini (1999)¹⁰ que demonstra com resplandescência os acontecimentos políticos frutos do golpe de 1964 que reverberaram na produção e na difusão de textos literários, os quais não acontecem e finalizam somente em 1980 (data limite de seu recorte), mas que constituem uma formação de gerações leitoras e autorais que ecoam até mesmo na contemporaneidade. Logo, essa construção e visão da literatura brasileira nacional nesse período refletirá diretamente a forma como a crítica literária receberá e analisará o texto ficcional em discussão:

E aqui caímos na questão da crítica. Dividida entre a crítica acadêmica, especializada, que funciona como um mecanismo de seleção e hierarquização da literatura mais ou menos de acordo com os critérios do já institucionalizado e, de uma certa forma, às vezes refugiada nos suplementos como Folhetim (da Folha de S.Paulo) ou Cultura (de O Estado de São Paulo) e aquela outra, feita pelas revistas semanais, cujo objetivo mais e mais foi se reduzindo a fazer propaganda dos novos produtos disponíveis nas estantes das livrarias, a crítica literária regular e militante vai aos poucos se eclipsando. (Pellegrini, 1999, p.163)

Assim como a análise de discurso que será composta e enquadrada como materialista, a literatura brasileira será estabelecida a partir da luta de classes e de desestabilizações estruturais, passando por “[...] um tempo excepcional, um tempo quente de união de forças populares e intelectuais progressistas. Tempo que perdurou na memória dos narradores do imediato pós-guerra, e que produziu o cerne da chamada literatura de resistência.” (Bosi, 2002, p. 125). Assim, é neste tempo “quente de união de forças” que esse processo ideológico e de lutas na literatura passa a influenciar teorias e olhares crítico-analíticos para o texto ficcional, considerando

¹⁰ Em seu livro “A imagem e a Letra: Aspectos da ficção brasileira contemporânea”.

conceitos, como literatura e resistência, ou a exterioridade do sujeito (como se é tratada análise de discurso materialista, porém de modo bastante específico, contrário ao pensamento idealista).

A partir disso, é possível considerar o surgimento de uma corrente de pensadores e críticos nascidos ou naturalizados no Brasil¹¹, que consideram a questão social e ideológica na literatura, como uma posição imanente à recepção do texto literário. Inicialmente, nomes como Antonio Candido e Alfredo Bosi nos anos 1960, 1970 e 1980; Tânia Pellegrini e Karl Erik Schøllhammer nas décadas de 1990 a 2000; e, por fim, Regina Dalcastagnè, com sua ascensão crítica a partir dos anos 2000, realizaram um percurso importante sobre/com/para a literatura. É a partir de alguns desses autores, e sobretudo da geração de 2000, iremos delimitar o que é ou o que pode vir a ser reconhecido como contemporâneo e contemporaneidade no Brasil, construindo, assim, pontes à obra tomada como *corpus* e movimento de análise posterior.

A obra *Nove Noites* de Bernardo Carvalho tomada como *corpus*, por exemplo, compõe a geração 2000 da literatura, segundo Schøllhammer (2009), e traz à tona discussões anteriores como meio de problematização, em especial a contestação e negociação das relações e das políticas de determinados períodos. Na obra, é possível acompanhar não somente o percurso que une a ficcionalidade e os traços históricos a respeito do movimento etnológico e antropológico brasileiro no final da década de 1930, como também a forma como a literatura irá retratar esses acontecimentos posteriormente. O romance busca tratar a vida e a morte de Buell Quain, etnólogo estadunidense que se suicidou no alto do Xingu, no Brasil. Trata também a relação desse homem branco com as comunidades indígenas, em busca de estudá-las, mas reproduzindo forças opressoras sobre o seu próprio objeto de estudo:

O que mais ameaçava os Trumai quando Quain os visitou não eram os brancos. Já não tinham a disposição de resistir aos demais grupos indígenas

¹¹ É importante ressaltar que ao citar nomes reconhecidos pela crítica e teoria literária, tais como Antônio Candido, Alfredo Bosi, Tânia Pellegrini, Karl Erik Schøllhammer e Regina Dalcastagnè, é imprescindível o cuidado em não praticar determinadas violências epistemológicas, conduzindo ou igualando-os sob o mesmo pensamento marxista, ou até mesmo considerando obviedade ao tratar sobre o impacto da luta de classes não somente em seus escritos, como na literatura brasileira. Isso, pois cada pensador apresenta um nível de interação com as teorias marxistas, condições de produção e suas diferentes relações sobre o conceito de social. Assim, mesmo apresentando propostas progressistas semelhantes, nenhum deles irá considerar a significação da “luta de classes” como elemento principal de seus estudos assim como os analistas do discurso Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

locais. Ficavam acuados diante **do outro**. Apesar de todo o medo, a maioria dos contatos entre as tribos da região era amistosa, mesmo se pontuados por eventuais intimidações e roubos por parte dos visitantes, sobretudo quando os anfitriões eram os enfraquecidos Trumai, que não reagiam. Os Trumai sempre tentavam agradar seus visitantes, mesmo os que os ameaçavam e desprezavam, como os Kamayurá. Travaram o primeiro contato com os brancos em 1884. Por ocasião de sua expedição ao Brasil central, Von den Steinen foi alertado por outras tribos sobre os perigosos Trumai do alto Xingu, na época considerados belicosos em relação aos estrangeiros, já que viviam em guerra com seus vizinhos (Carvalho, 2006, p. 46, grifos nossos).

Ao tratar “do outro”, “dos brancos” e dos “perigosos”, o texto literário tenta nos despertar as relações indígenas sobre uma ótica branca e colonizadora, a partir das manifestações do *enunciador*, termo esse que mobiliza e funda o movimento de análise deste trabalho. A partir disso, os conceitos de *narrativa* e *narrador* foram aqui realocados pelas noções de *enunciação* e *enunciador*, principalmente sob a tentativa de ampliar o olhar nesta pesquisa e de sair de algumas características tradicionais do texto ficcional, como a perspectiva de narrador, que por muitos pode ser analisada como foco interno ou externo. Assim, abre-se caminho para outras dimensões do dizer.

Nesse viés, é importante problematizar não somente as elaborações do enunciador (noção que será apresentada mais adiante, seguida da noção de “enunciação”), mas, acima de tudo, problematizar a ausência de voz desses indígenas em relação ao “outro”, que, mesmo sendo apresentada, configura-se sob uma mesma instância estabelecida. Assim, embora literatura contemporânea dos anos 2000 busque significar em outra perspectiva comunidades que ainda não eram retratadas em romances contemporâneos em suas vivências reais, esse retrato ainda se aproximava das primeiras descrições literárias, como nos romances indianistas de séculos anteriores.

Segundo Schollhammer (2009), os anos 2000, ou reconhecidos como “Geração 00”, acabam por suscitar uma literatura cuja experimentação formal se dá a partir do afunilamento de fronteiras entre diferentes gêneros literários (não apenas o romance), além de evocar diferentes **vozes** dentro de uma mesma narrativa e suas implicações ideológicas. Regina Dalcastagnè faz coro sobre os estudos literários, para ela esses estudos têm se preocupado “com os problemas ligados ao acesso à voz e à representação dos múltiplos grupos sociais. Ou seja, eles se tornam mais conscientes das dificuldades associadas ao lugar da fala: quem fala e em nome de quem” (Dalcastagnè, 2012, p. 21).

Tal preocupação à voz pode não somente se faz presente na história da literatura no Brasil, como na temática de muitas obras e até mesmo na posição sujeito¹² assumida pela função-autor(a) no texto. Isso leva à colocação de uma pergunta, com o desejo de respostas passíveis de problematização: é possível que sujeitos discursivos emergjam nas narrativas e, a partir desta emersão, como tais sujeitos podem vir a aparecer discursivamente? Sob essa tentativa de respostas, é importante sequenciar as discussões a respeito das vozes e esmiuçar um pouco mais o conceito de “narrativa” para os estudos literários, que será colocado em jogo com outras noções, tais como narratividade e enunciação, segundo a análise de discurso materialista.

Além disso, é importante apontar as relações da voz social apresentada aqui no texto literário com a análise de discurso materialista. A voz, para os Estudos Literários, atua como um símbolo importante entre o sujeito e a sociedade, principalmente como processo de resistência. Já para a análise de discurso materialista, tal noção pode ser deslocada ou lida como a possibilidade de desafio às narrativas históricas consolidadas e aos padrões sociais estabelecidos, a partir de Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 2022). Assim, a literatura brasileira também acaba por se manifestar como um espaço onde o “dizer” é também um ato de “fazer” (Orlandi, 2017).

2.2 MICHEL PÊCHEUX E A ELABORAÇÃO DA AD: A AD PODE PRODUZIR CRÍTICA LITERÁRIA – NARRATIVIDADE E NARRATIVA

Durante percursos teóricos desde Ferdinand Saussure, no século XIX, os aspectos que tomavam a língua, consideravam-na como parte fundamental da estrutura. Nesse sentido, o linguista optou por não explorar em seu curso as relações sociais e ideológicas do indivíduo, nem mesmo considerou o papel do sujeito, pois, segundo Koch (2015), a Linguística, por sua influência estruturalista, caminhou sob uma perspectiva atrelada apenas à palavra, à frase e ao texto como objeto da língua material, não considerando nenhum dos atravessamentos que pudessem costurar tais pontos.

¹² Compreende-se por posição sujeito toda posição de relação do sujeito com a língua, a memória acionada, as formações discursivas nas quais atravessa e as condições de produção de seu dizer. Todos esses fatores moldam não somente o dizer, mas também o coloca em uma posição dada, sob uma conjuntura também dada, pois todo dizer parte de uma posição ou lugar assumido pelo sujeito, tendo ou não consciência dela.

Entretanto, a necessidade de explicitar as considerações da linguística em relação ao social não cabem nem desenham a análise de discurso, pois ela mesma não atua como extensão da linguística, nem mesmo considera a língua como objeto, mas sim o discurso. Esse, por sua vez, pode ser lido como “a palavra em movimento [...] com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2013, p. 13). É nesse momento que chegamos a um ponto de partida: a idealização da análise de discurso, advinda de epistemologias, como o marxismo, a linguística e a psicanálise.

As contribuições do marxismo para Michel Pêcheux foram fundamentais, em especial as leituras realizadas de Louis Althusser, conforme discutido anteriormente. Althusser propõe que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. A partir disso, Pêcheux, em suas reelaborações, irá discutir como os discursos operam dentro de certas formações ideológicas, alicerçado também nas considerações de Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste para a linguística, propondo reflexões sobre a subjetivação através da linguagem. Por último, a psicanálise, que, a partir de Lacan (1988), debruça-se sobre a formação do sujeito, compreendendo que o inconsciente será estruturado como uma linguagem.

Com isso, a análise de discurso materialista se desenvolve em momentos semelhantes, mas não em condições exatas de produção, já que algumas reformulações linguísticas e promulgações psicanalíticas manifestavam-se em conjunturas distintas. Assim, a constituição da análise de discurso pode ser considerada um campo de embates e problematizações, especificamente ao tratarmos a perspectiva de Michel Pêcheux, que parte de um pressuposto principal que enfatiza à luta de classes que movimenta os discursos.

Em seu percurso de estudo, Michel Pêcheux encontra no estruturalismo subsídios teóricos para uma proposta inicial de análise linguística, principalmente ao pensar em um método de estudos do sistema de significados, como construções que dependem de relações e de funções dentro de um sistema. Em seguida, Pêcheux desenvolve a noção de “formação discursiva”, a qual descreverá como o sentido está fixado dentro de determinadas condições de produção, ideológicas e históricas. Assim, estabelecerá algumas regras imperceptíveis, mas que, ao serem analisadas, moldam a forma como um sujeito se apresenta. Interpelado pelos Aparelhos Ideológicos do Estado, sua posição-sujeito e sua inscrição na língua, assim como no romance, o enunciador Manoel Perna se coloca na obra: “Posso ser um humilde sertanejo, amigo dos índios, mas tive educação e não sou tolo.” (Carvalho, 2006).

Neste trecho é possível perceber a apresentação do personagem como um “sertanejo” que, por si só, já corresponde a uma formação discursiva e evoca uma memória social e histórica, daquele que pode ser facilmente refutado ou oprimido apenas por ser um “humilde sertanejo”. Essa formação discursiva de Manoel Perna nos é apresentada logo de início, condizente às suas crenças e valores, os quais influenciam a forma como o discurso possa ser visto e interpretado.

Entretanto, ao reelaborar o conceito de interpelação ideológica, Pêcheux passa a considerar que, embora os discursos sejam estruturados, eles não são totalmente determinados pela estrutura, pois os sujeitos são convidados a assumirem posições ideológicas sobre o discurso. Assim, Pêcheux vai além do estruturalismo clássico ao incorporar a posição ativa dos sujeitos na produção de significados a partir das – e, ao mesmo tempo, contra as – estruturas ideológicas.

Eni Orlandi (2012) apresenta uma visão a respeito da mudança radical de terreno realizada por Michel Pêcheux, que decide sair de um “positivismo da estrutura” e passa a considerar alguns aspectos mais amplos do discurso e da língua, especificamente os sentidos de *historicidade* e de *ideologia*, sendo considerados escopos principais do pensamento pêcheutiano. Com isso, Orlandi (2012) afirma:

Está para mim aí o cerne da mudança de território que Pêcheux produz em relação ao estruturalismo, com a análise de discurso de quem é autor fundador: deixa de se atentar apenas aos Grandes Textos e se vai escutar as vozes cotidianas tomadas no ordinário do sentido, sem correr o risco que aí se aloja - o dos positivismos e filosofias da consciência - em separar o logicamente estabilizado do sujeito a equívoco (Orlandi, 2012, p. 181-182).

Assim, nessa superação do estruturalismo, Pêcheux passa a considerar a historicidade e a ideologia, tal como Althusser (2022) levará em conta o materialismo histórico e dialético, com algumas reformulações. Essas se atentarão, de forma mais aprofundada, à maneira como a ideologia opera sobre as estruturas e as agências, sendo uma das principais interpelações do indivíduo em sujeito. Entendemos, então, que as práticas sociais e ideológicas são relevantes nesse processo de constituição. Além disso, mesmo a base econômica não determinando diretamente a superestrutura ideológica e política, sua relação de interdependência é intrínseca, “porque as relações de produção são primeiro reproduzidas pela materialidade do processo de produção e do processo de circulação. Mas não se pode esquecer que as relações ideológicas estão imediatamente presentes nestes mesmos processos” (Althusser, 2022, p. 53).

Saindo do conteudismo positivista da ciência que buscava sistematizar antes a língua apenas como um resultado social comunicativo, sem corresponder ou depender das condições de produção para se fazer valer, o filósofo francês conseguiu problematizar que, se o sujeito não é neutro, tampouco a linguagem o é, principalmente por ser constantemente atravessada pela historicidade, interpelando os indivíduos em sujeitos ideológicos. A partir disso, Michel Pêcheux (2009), via Althusser (2022), passa a problematizar a atuação da ideologia, sobre as palavras, procurando pautar duas teses que se complementam: a primeira delas é a relação de construção do sentido, enquanto a segunda busca explicitar a atuação das formações discursivas, a partir da transparência do sentido. Contudo, debruçar-nos-emos apenas em recortes da primeira tese. Segundo Althusser (2022) “a ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (Althusser, 2022, p. 90).

Ao pautar as formações discursivas, procuramos tratar os recortes do *corpus*, principalmente por colocar em jogo discursos sobre culturas e identidades, em diálogo e em conflito, ao mesmo tempo. Na obra contemporânea, é possível reconhecer alguns conjuntos de regras e de normas, suas relações com as formações ideológicas¹³ e as dinâmicas de poder, o que interfere na produção dos sentidos. Assim, o enunciador jornalista, que atuará em consonância com um enunciador inicial e discursos indiretos outros, ao explicitar o movimento de pesquisa do etnólogo estadunidense Buell Quain e demarcar os motivos de sua estadia no Brasil, apresenta discursos que legitimam os estudos sociais, em especial trazendo Lévi-Strauss para as discussões. Com isso, as enunciações nos colocam na condição de compreender melhor os motivos os quais trouxeram o etnólogo para o Brasil. No entanto, a visão sobre a identidade e a cultura partem de uma ótica não ampla, mas sim normativa, das relações culturais e identitárias:

Duas vezes entrevistei Lévi-Strauss em Paris, muito antes de me passar pela cabeça que um dia viria a me interessar pela vida e pela morte de um antropólogo americano que ele conhecera em sua breve passagem por Cuiabá, em 1938. Muito antes de eu ouvir falar em Buell Quain. Numa das entrevistas, a propósito de uma polêmica sobre **o racismo e a xenofobia** na França, em que tinha sido **mal interpretado**, Lévi-Strauss reafirmou a sua

¹³ Embora a noção de “formação discursiva” seja, por vezes, relacionada à de “formação ideológica”, ambas não correspondem ao mesmo processo. Enquanto as “formações ideológicas” podem ser reconhecidas como um sistema de crenças e de influências, as “formações discursivas” agem como estruturas que organizam o que pode ou não ser dito, a “relação com a ideologia, e [...] a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (Orlandi, 2013, p. 42).

posição: "Quanto mais as culturas se comunicam, mais elas tendem a se uniformizar, menos elas têm a comunicar. **O problema para a humanidade é que haja comunicação suficiente entre as culturas, mas não excessiva.** Quando eu estava no Brasil, há mais de cinquenta anos, fiquei profundamente emocionado, é claro, com o destino daquelas pequenas culturas ameaçadas de extinção. Cinquenta anos depois, faço uma constatação que me surpreende: também a minha própria cultura está ameaçada". Dizia que **toda cultura tenta defender a sua identidade e originalidade por resistência e oposição ao outro, e que havia chegado a hora de defender a originalidade ameaçada da sua própria cultura. Falava da ameaça do islã, mas podia estar falando igualmente dos americanos e do imperialismo cultural anglo-saxão.** (Carvalho, 2006, p.46, grifos nossos).

A partir disso, o enunciador coloca em discussão as demarcações culturais e de identidade, a partir de recursos que, em suma, poderiam ser considerados meros recursos estilísticos para a linguagem. Tais recursos, todavia, atuam como materialização do sentido na palavra. Assim, o enunciador baliza termos resultantes de outro sujeito, a partir de um conjunto de regras que estabelecem o que pode ser dito e o que pode ficar de fora, essas regras não são neutras e são moldadas a partir das formações ideológicas daquele que enuncia. Com isso, ao trazer o discurso de Lévi-Strauss como forma de explicitação do seu pensamento, o enunciador não apenas parte de formações discursivas semelhantes às do etnólogo, como também consolida e reproduz essas relações de sentido, a partir, até mesmo, do que não foi enunciado integralmente.

A começar com o uso dos conceitos de "racismo" e "xenofobia", o enunciador totaliza as problematizações de Lévi-Strauss em relação a sua etnia e as suas demarcações geográficas. Entretanto, a partir de um gesto de leitura e de pesquisa superficial a respeito desses termos nas obras de Strauss, é possível perceber uma ausência de delimitações dos presentes termos. Embora Strauss tenha buscado tratar dessas relações etnológicas e de suas implicações à sociedade, o autor não se debruça sobre a etimologia dessas palavras, o que nos faz entender que, a partir do movimento de análise dos discursos do etnólogo, o enunciador parte de formações discursivas e posições próprias para sintetizar o pensamento do pesquisador e os sentidos da palavra ali implicados. Nesse viés, Pêcheux (2009), em relação ao sentido da palavra, afirma:

[...] não existe 'em si mesmo' [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões,

proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...] (Pêcheux, 2009, p. 146).

Além disso, o uso de um enunciado de Lévi-Strauss atua como um suposto dizer dele, fazendo funcionar efeitos de sentido, que buscam justificar a relação de Buell Quain com os indígenas. Assim, esse movimento nos faz reconhecer a posição de “mal interpretado”, ao enunciar sobre a “comunicação excessiva” com outras culturas. Parafrazeando o enunciador, que, ao tomar os enunciados de Strauss como base, toma as palavras do antropólogo para si, assumindo uma posição, o enunciador busca sintetizar em suas palavras, ao final do recorte, que cada cultura tenta “defender a originalidade de sua própria cultura”, deixando explícita a visão estabelecida pelo etnólogo Buell Quain e sua vivência no Brasil. Por fim, o enunciador encerra sua problematização citando estar falando de uma cultura, mas que poderia se referir a qualquer outra, porém, ao sintetizar dessa forma, o enunciador se esquece de que sua posição parte de culturas, memórias, logo, de formações discursivas as quais o permite observar as culturas, a partir de sua posição sujeito e não de outras. Assim, ao coletivizar e unificar outras culturas, não respeitando o processo constitutivo, podendo ser “qualquer uma”, o enunciador reproduz violências simbólicas, pois, ao falar “da ameaça do islã”, não poderia estar “falando igualmente dos americanos e do imperialismo cultural anglo-saxão”, nem das experiências étnicas de Lévi-Strauss, sequer dos indígenas no Brasil.

Desse modo, levando em consideração as posições-sujeito que atuam na produção dos sentidos, consideramos uma das principais justificativas desta dissertação, unir a literatura brasileira contemporânea à análise de discurso, pois, assim como Michel Pêcheux (2009) acredita nas formações ideológicas que constituem os discursos, a literatura também se dá a partir desta relação. O autor menciona que “uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147). Com isso, pensando acerca da ampliação do olhar crítico, seguindo o exemplo de Michel Pêcheux, é possível pensarmos uma proposta analítica literária, que se aproxima e atua na discursividade para além dos padrões formais, estruturais e, muitas vezes, tradicionais.

Com isso, desde os estudos formalistas, ao enfoque estruturalista da análise narrativa, até a instituição da narratologia, os Estudos Literários enfrentaram diversos movimentos e abordagens, os quais contribuíram para o desenvolvimento de

uma rica tradição de estudo do/para o texto narrativo. Esses, em especial o do crítico literário Gérard Genette (2017), elaboram uma forma de sistematizar as várias dimensões da narrativa. Genette (2017), em uma de suas obras, organizada e traduzida em português como Figuras III, aponta seu olhar estrutural para a narrativa, embora não tenha emplacado os estudos de narratologia como “teoria crítica literária. Ainda assim, consideraremos Genette (2017) em suas especificações e significações sobre a narrativa examinando-a em seus elementos formais, tais como: ordem, duração, frequência, modo e voz. Essas subdivisões constituem o conceito da narrativa como um “discurso oral ou escrito que assume o relato de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos” “[...] reais ou fictícios” ou “o ato de narrar tomado em si mesmo [...]” (Genette, 2017, p.83). Sendo assim, a narrativa pode estar atrelada ao conteúdo, focado na história narrada em si e nos fatos narrados; ao discurso, em como é narrado e as construções da língua em redor disso; e “por si só”, como um ato de narração, no qual alguém está contando a história e como isso pode ser influenciado.

Nessa perspectiva, ao ser incorporada como objeto dos Estudos Literários, Genette (2017) coloca que:

É bastante evidente, penso eu, que dos três níveis diferenciados há pouco, o do discurso narrativo é o único que se oferece diretamente à análise textual, que é, ela própria, o único instrumento de estudo de que dispúnhamos no campo da narrativa literária e especialmente da narrativa de ficção. [...] Como narrativo, ele vive de sua relação com a história que ele conta; como discurso, ele vive de sua relação com a narração que o profere. A análise do discurso narrativo será então para nós, essencialmente, o estudo das relações entre narrativa e história, entre narrativa e narração, e (na medida em que elas se inscrevem no discurso da narrativa) entre história e narração (Genette, 2017, p. 85-87).

Ao considerar as relações entre a *história* e a *narração*, é importante diferenciar que tais noções adotadas pelo crítico diferem-se das noções de *história* e *narração* para análise de discurso materialista. Assim, ao manifestar-se diante apenas da cronologia de fatos, Genette (2017) não considera a historicidade que perpassa esses discursos, historicidade essa que não deve ser compreendida como um movimento linear que nos coloca a pensar o tempo de produção como uma sucessão contínua e subsequente. A historicidade adotada pela análise de discurso se dá como um resultado de acontecimentos discursivos, os quais não consideram uma história

“cronológica”, mas como “condições de produção” e não como um contexto histórico, tal como os Estudos Literários irão prever.

Falando uma Linguagem marxista, se é verdade que a representação das condições de existência real dos indivíduos que ocupam postos de agentes da produção, da exploração, da repressão, da ideologização, da prática científica, releva em última instância das relações de produção e das relações derivadas das relações de produção, podemos dizer o seguinte: toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de mais a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem. (Althusser, 2022, p.81-82).

Com um conceito também adquirido de Althusser (2022), as “condições de produção” se darão a partir de um movimento que envolve a relação entre ideologia e consciência, reprodução das relações de produção, Aparelhos Repressivos de Estado (AREs) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), conforme já apresentado. Tal relação não se conceberá somente de forma econômica, mas também ideológica, na qual ditará e moldará os discursos e a maneira como podemos ou não os enunciar. Incorporada à AD, tal noção poderá ser compreendida como um “contexto imediato” (Orlandi, 2013, p. 28), advinda das relações ideológicas que determinam como o dizer será produzido, retomado, reformado e/ou reproduzido.

A partir disso, a posição da crítica literária, quando assumida de forma genérica, ao analisar o seu objeto (texto literário), desconsidera as relações da função autor (noção que será apresentada a seguir) para com a construção enunciadora, as condições de produção de uma obra e suas diferentes posições-sujeito. Desse modo, tal ato acaba por seguir apenas uma linearidade crítica tradicional, a qual impossibilita o desenvolvimento de uma crítica literária que considere a totalidade do sujeito e a materialidade discursiva.

Desta forma, Eni Orlandi diferenciará “narratividade” de “narrativa” ou “narração”, podendo ser compreendido como um processo de “distinção clássica” nas escolas. “Esta definição discursiva, [...] traz deslocamentos que nos faz sair tanto do campo da retórica e da questão dos gêneros, quanto do campo da pragmática, para nos inscrevermos no campo da discursividade” (Orlandi, 2017, p. 30). Assim, a narratividade colocará em funcionamento a memória (noção basilar para este trabalho) ou “a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários,

apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas” (Orlandi, 2017, p. 30).

Nesse contexto, a narratividade poderá ser reconhecida como um mecanismo através do qual os indivíduos e os grupos sociais colocam em funcionamento a memória e história (passado). Assim como a memória, ela também está atrelada ao trabalho de exercer controle e poder, por meio do processo de individuação dos sujeitos perante os discursos. Sendo assim, a narratividade, diferente da noção de narrativa, não propõe analisar a maneira como os discursos, em especial o literário, irão se organizar, como um “efeito de causa e consequência”, mas sim o modo pelo qual os sujeitos, em seu processo de individuação e de constituição de memória, enunciam, criando:

Espaços que configuram sua inscrição nas formações discursivas em sua tópica que ali se constituem marcando o sujeito naquele espaço em sua historicidade. A narratividade como um modo de trânsito por este espaço constitui um enquadramento com sua forma material e significância (Orlandi, 2017, p.31)

Por fim, embora a contribuição de Genette (2017) e os estudos de narratologia sejam fundamentais para a teoria narrativa contemporânea, especialmente em termos de organização, sistematização e estruturação do texto narrativo, as noções discursivas incorporadas pela análise de discurso materialista proporcionam dimensões adicionais de análise, as quais podem enriquecer significativamente a crítica literária. Isso, porque, ao se concentrar na estrutura interna das narrativas, a narratologia não consegue desenvolver dispositivos de compreensão das condições de produção, sendo elas as relações sociais, culturais, políticas, históricas, ideológicas e econômicas de uma produção literária e, até mesmo, a recepção desses textos, sob um processo de individuação, em determinada posição sujeito. Já a análise de discurso materialista nos permite considerar as narrativas como efeito de narratividade, tal como ponto de partida na constituição de identidades e de memórias, seja ela coletiva ou constitutiva. A partir disso, a crítica literária, junto ao campo discursivo, poderá investigar como essa interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos pode acontecer durante o processo de enunciação e, até mesmo, em produção de crítica literária.

2.3 ENUNCIÇÃO, ENUNCIADOR, AUTORIA, CORPO E MEMÓRIA

Como visto anteriormente, somos constantemente interpelados por noções extremamente necessárias, que irão atuar como parte dos *princípios e procedimentos* (Orlandi, 2013) desta dissertação e para a análise de discurso. Essas noções são essenciais para nossa compreensão ou aprofundamento na problematização do dizer, sendo eles *o discurso, a enunciação e as formações discursivas*. Mesmo estando totalmente interrelacionados, eles possuem diferenças entre si, importantes de serem mencionadas, principalmente para a efetivação do trabalho posterior de análise.

O conceito de enunciação para a análise de discurso materialista passou por mudanças, assim como o conceito de “narrativa” foi sendo repensado e refletido, como pudemos ver ao longo deste trabalho. Todavia, para essa noção, debruçar-nos apenas nos estudos de Eduardo Guimarães, teórico da semântica enunciativa e analista do discurso¹⁴ responsável por organizar e distinguir a noção de enunciação, não somente como um processo de “aparecimento de um enunciado”, como ainda “a enunciação como funcionamento da língua” (Guimarães, 2002, p. 11). Nesse prisma, a enunciação está para além de uma temporalidade, baseada na organização dos fatos, tais como o presente que enuncia, um passado e um futuro.

De acordo com Guimarães (2002), essa enunciação pode ser entendida como um movimento no qual um sujeito produz significado em uma situação de fala ou escrita, levando em consideração as condições de produção. Assim, Guimarães (2002) coloca que a produção de sentido não é uma ação isolada ou puramente individual, mas está diretamente relacionada a diversos fatores, tais como posição sujeito, processo de significação, temporalidade e materialidade do discurso. Tais fatores estarão imbricados no ato de enunciação tomado pelo sujeito que enuncia, isso é, o sujeito enunciador.

O curioso é que, ao ser obrigado a interromper o trabalho, tivesse se esquecido de lhes fazer justo essa pergunta: se houvera alguma vez um suicídio entre eles. **Em todo caso, ficou com o sentimento de que tinham o temperamento suicida e estavam prontos para se matar.** "O importante", ele me disse ainda na primeira noite em Carolina, sem que eu pudesse entender do que realmente falava, "é que os Trumai veem na morte uma saída e uma libertação dos seus temores e sofrimentos." Uma vez em que havia caído doente, um de seus amigos índios se ofereceu para esfaqueá-lo com o intuito beneficente de livrá-lo da dor da doença. Não era

¹⁴ Tais áreas mencionadas apresentam aproximações, na medida em que ambas buscam compreender e tratar como os sentidos são produzidos.

à toa que matavam os recém-nascidos. Pior era nascer. [...] **Quando ele falava da coragem dos índios, eu só o ouvia falar do medo. Ele falava coragem e eu ouvia medo.** (Carvalho, 2006, p 50-51, grifos nossos)

A partir da leitura da passagem no romance, o enunciador classifica o temperamento dos indígenas como “suicida”, porém esse vocábulo não é tratado na língua materna dos indígenas, mas sim sob a sua. Isso faz com que essas considerações a respeito deles estivesse sob uma posição subalternizada. Com base nisso, é possível reconhecer não somente a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, classificando a cultura de um povo sob sua ótica repressora, mas também as posições tomadas como “posição-sujeito”. Assim, ao trazer à tona tal interpretação da cultura, novamente sob sua perspectiva, o enunciador pressupõe a forma como os indígenas constituem-se culturalmente como “suicidas”, além disso ele conjectura como possivelmente Buell Quain poderia ter recebido tal cultura e se identificado com tal posição. Logo, essas posições-sujeito – dos indígenas e do etnólogo –, configuram-se até mesmo como uma aversão, um repúdio pelo ato do suicídio ou da abreviação do sofrimento da vida. Desse modo, essas posições estão condicionadas à certeza da significação:

“[...] a categoria do sujeito é a categoria constitutiva de toda a ideologia: não há ideologia sem sujeito. A evidência de que “eu” e “tu” somos sujeitos [...], isto é, a evidência da transparência da linguagem, é, como dissemos um efeito ideológico (elementar). [...] 1. A evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade, esconde que esta resulta de uma identificação, que é o que constitui sua interpelação. Essa interpelação - que se dá pela ideologia - produz o sujeito sob a forma de sujeito de direito (jurídico) que, historicamente, corresponde à forma- sujeito do capitalismo: sujeito ao mesmo tempo autônomo (e, logo, responsável) e determinado por condições externas (Orlandi, 2012 p. 75).

Para a análise de discurso e para os Estudos Literários, é imprescindível a marca do “eu” que muitas vezes participará do processo enunciativo (narrativo), atuando como personagem, ou apenas como organizador ou “locutor”, como Guimarães tomará também em sua teoria como lugar. Assim, “aqui o lugar de Locutor se representa como lugar de dizer simplesmente. E neste caso um lugar de dizer que se representa como individual” podendo ser considerado um enunciador-individual, o qual “se dá como independente da história pela representação desta individualidade a partir da qual se pode falar” (Guimarães, 2002, p.25).

Além do enunciador-individual, outras perspectivas de enunciadores serão consideradas importantes para o processo de enunciação, consoante Guimarães (2002), tais como: enunciador-universal, enunciador-genérico, enunciador-contemporâneo, enunciador-coletivo e enunciador-corporativo, cada um com sua respectiva individualidade, colocando o dizer a partir de sua determinada ótica específica. Entretanto, somente a partir da análise dos enunciados (aqui tomados como texto literário ficcional) é que conseguiremos nomear cada enunciador, não sendo o objetivo principal deste capítulo, muito menos deste trabalho. Portanto, focaremos apenas na constituição desse indivíduo enunciador e suas dimensões.

Ao compararmos os processos de enunciador com a noção de narrador, muito utilizada pelos Estudos Literários, é possível perceber semelhanças em tais sistematizações, pois cada enunciador em seu processo de enunciação acaba por demarcar sua posição. Assim, alternam a forma como esse dizer será tomado e compõem o espaço da enunciação, podendo ser aquele que “se mostra como dizendo com todos os outros [...] como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos, uma outra forma de se apresentar [...]” (Guimarães, 2002, p. 25).

No entanto, podemos indicar uma diferença crucial entre a noção de enunciador e narrador para a análise de um texto, e não nos referimos apenas a seu processo epistemológico, mas à relação com o real e o simbólico são colocados a partir das enunciações. Em um texto literário, por exemplo, o narrador, independentemente do foco narrativo tomado, pode ser considerado uma entidade textual, cuja existência se limita ao texto e à obra literária. Em contraposição, o enunciador, mesmo presente discursiva ou textualmente, poderá ser reconhecido como um efeito de sujeito ligado às condições específicas de produção, que faz produzir o seu dizer interligado a uma concepção de realidade social ou real da história, na qual outros sujeitos (leitores), quando tomados pelos discursos, podem enfrentar um processo de identificação ou desidentificação com a posição enunciativa assumida.

À vista disso, reiteramos a posição dos pesquisadores em se debruçarem diante do conceito de enunciação para a produção de análise literária. Sobretudo, enfatizamos o conceito de enunciação como dispositivo de análise, capaz de produzir também crítica literária, por trazer à literatura olhares e dimensões outras, capazes de acrescentar-se aos estudos literários, principalmente sob uma perspectiva contemporânea de literatura.

Assim como para a noção de enunciação, ao pensarmos o processo de autoria é possível reconhecer o protagonismo do sujeito [*eu*] e “diríamos que o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem” (Orlandi, 2012, p. 103). Embora não sejam necessariamente sinônimas, o *eu* pode ser considerado um dos efeitos de sentido para o sujeito. Nesse processo de produção da linguagem, é importante ressaltar a distinção entre um escritor enquanto indivíduo e uma função autor divididos por identidades e identificações. Essa distinção atua principalmente no processo particular da posição sujeito ou no “apagamento do sujeito” para se enunciar. Assim, enquanto a escrita pode pertencer propriamente ao indivíduo, acompanhada de vivências e especificidades, a autoria

é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito. [...] Assim do autor se exige: coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto a forma de discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” do seu discurso (Orlandi, 2012, p. 104-105)

A partir disso, ser autor, para Eni Orlandi, é a “passagem da função de sujeito-enunciador para a de sujeito-autor” (Orlandi, 2012, p. 106) e, nesse movimento de passagem, surge um efeito-autor, sendo o “efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante.” (Gallo, 2001). No entanto, ao tomar a noção de autor, torna-se importante o movimento de retorno, assim como foram retomadas algumas noções anteriores de Michel Pêcheux, advindas de Louis Althusser. Dessa forma, a noção de autoria não nasce a partir de Pêcheux e Eni Orlandi, mas de reflexões de Michel Foucault e suas contribuições para a AD, estabelecendo, assim, uma visão sobre o ser autor.

Em seus escritos, Foucault (2009) norteia os estudos da análise de discurso ao problematizar a ideia de um ser autor não apenas como um sujeito solitário, com origem única e central de significados, mas sim uma função do discurso, capaz de emergir diante – e a partir – das práticas discursivas presentes em um texto. Assim, no presente texto, tomado como *corpus*, é possível reconhecer uma narrativa que é factual, mas, ao mesmo tempo, imaginativa, que pode ser compreendida a partir da noção de autor de Foucault, enquanto uma função que não é só criadora, como também mediadora e organizadora de múltiplas vozes e enunciações.

No trecho “o que agora lhe conto é a combinação do que ele me contou e da minha imaginação ao longo de nove noites” (Carvalho, 2006, p. 41), é possível

observarmos, opondo os elementos “ele” e “eu” (“ele me contou” e “eu imaginei”) direcionados a um alguém (você), fazendo-nos presumir diálogos que não são amplamente retratados materialmente na obra, uma possível intimidade entre os sujeitos, talvez como recurso estilístico no uso dos diferentes pronomes, produzindo mistérios sobre o romance contemporâneo brasileiro. Assim como nesse caso, a autoria pode ser reconhecida como um papel presente em um sistema de discursos, tendo o autor como ponto de convergência de forças discursivas distintas, consolidando a ideia foucaultiana sobre autoria.

Este é um livro de ficção, embora esteja baseado em fatos, experiências e pessoas reais. É uma combinação de memória e imaginação — como todo romance, em maior ou menor grau, de forma mais ou menos direta. Ao longo da pesquisa que o precedeu, contei com o auxílio de várias pessoas, a começar por Mariza Corrêa. Sem ela, provavelmente eu nunca teria sabido da existência de Buell Quain e este livro não existiria. (Carvalho, 2006, p.151)

Mesmo ao mencionar o processo de criação da obra nas páginas finais do romance, Bernardo Carvalho não se limita a ocupar a posição de “escritor”, como um indivíduo que se caracteriza como responsável pelo seu dizer. Em vez disso, o texto literário é tomado por sua autonomia, permitindo que a função-autor (posição sujeito) se manifeste de maneira simbólica e discursiva. Dessa forma, é possível compreender que a autoria não é, nem deve ser compreendida como uma figura solitária ou apenas física de/para criação, mas sim como uma instância que, ao ser manifestada no texto literário, envolve a intersecção de múltiplas vozes e formações discursivas que enunciam.

Antes de contextualizar apenas a noção para a análise de discurso materialista, ou explicitar o caminho tomado para esta dissertação como percurso prescritivo, partiremos de inquietações um tanto coletivas, materializadas em um livro intitulado *Papel da Memória* (1983), como resultado de diversos seminários e escritos de Michel Pêcheux, Pierre Achard e de outros pesquisadores da época, no qual se debruçavam sobre a memória como um elemento importante, não somente para a AD, como também para qualquer reflexão com/para a linguagem (texto ou imagem).

Tais inquietações coletivas serão postas aqui como provocação ao trabalho de análise. Para isso, inicialmente, podemos partir do que conhecemos ou compreendemos como memória, diante de um movimento de registro. Todavia, “[...] registrar, descrever, representar a realidade é suficiente para produzir memória? [...]”

a partir de quando, e do que, um acontecimento constitui memória?” (Achard, 2007). Para essas colocações, é possível retomarmos conceitos primários da psicanálise de Freud, em *Recordar, repetir e elaborar* (1915), no qual se discutem os mecanismos de recordação do sujeito no ato psicanalítico. Os mecanismos de recordação, de acordo com Freud (1915), atribuirão à memória um meio de registro de experiências, que deixa marcas e que, ao serem recordadas, passarão por um processo de reinterpretação e não apenas uma retomada de fatos estáticos.

Seguindo essa posição, e indo ao encontro das palavras de Michel Pêcheux, a memória não deve ser compreendida como uma ideia “psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (Pêcheux, 2007, p. 44). A partir dessas três dimensões entrecruzadas, a memória não é apenas um composto de recordações internas e pessoais, mas sim uma relação dinâmica entre os discursos e suas práticas sociais, sendo estabelecidas sob uma relação entre passado e presente, envolvendo tanto os sujeitos, quanto suas posições sociais ocupadas.

Com isso, Eni Orlandi (2011) afetada pelas construções de Michel Pêcheux, afirma que “não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimento, de silêncios”. Fundamentado nisso, o que nos importa nesta dissertação, assim como define Orlandi, não está no que está posto ou apresentado por meio do texto literário, mas o que significa, mesmo não estando devidamente materializado, o que atua e circula no funcionamento da língua, por meio de “sentidos não dito, de sentidos a não dizer, de silêncio e de silenciamentos” (Orlandi, 2011, p. 61).

Ao adentrar ao campo do não dito e dos silenciamentos, torna-se importante problematizar também a relação entre memória e interdiscurso. Isso, pois, enquanto a memória discursiva se dá como um conjunto de enunciados e práticas discursivas, tomadas, retomadas e reproduzidas dentro de um campo discursivo; o interdiscurso, por outro lado, é a relação estabelecida entre os diferentes discursos. Assim, a reprodução e a transformação dos significados acabam por agir em consonância à memória e ao interdiscurso:

O jornal trazia as fotos das celebridades mortas. E de alguma forma associei a grande tragédia ao nosso pequeno acidente, como se houvesse alguma conexão incompreensível entre os dois. **O Xingu, em todo caso, ficou**

guardado na minha memória como a imagem do inferno. Não entendia o que dera na cabeça dos índios para se instalarem lá, o que me parecia de uma burrice incrível, se não um masoquismo e mesmo uma espécie de suicídio. Não pensei mais no assunto até o antropólogo que por fim me levou aos Krahô, em agosto de 2001, me esclarecer: "Veja o Xingu. Por que os índios estão lá? Porque foram sendo empurrados, encurralados, foram fugindo até se estabelecerem no lugar mais inóspito e inacessível, o mais terrível para a sua sobrevivência, e ao mesmo tempo a sua única e última condição. **O Xingu foi o que lhes restou**". (CARVALHO, 2006, p. 64-65).

No presente trecho é possível compreender a diferença entre a memória discursiva e o interdiscurso, porque, ao tratar o Xingu como a "imagem do inferno", o enunciador jornalista revisita algumas impressões imaginárias e memórias pessoais, unindo às figurações externas (sociais) sobre o Xingu, pois a memória discursiva posta pelo enunciador não se dá somente de forma individual e solitária, mas de uma junção a outros pré-construídos sobre o espaço e os povos que o habitam. Ao mencionar o Xingu como um lugar último a ser pensado, como uma espécie de suicídio social, o enunciador une preconceitos já institucionalizados sobre o espaço e os povos indígenas, com suas experiências pessoais traumatizantes, sendo uma memória discursiva social. Logo após, ao tentar construir sua tese sobre o Xingu como um lugar proximal ao "inferno", o enunciador utiliza de discursos outros (interdiscurso) para comprovar seu pensamento, em especial o acadêmico e o científico sobre os sujeitos, unindo suas impressões a uma validação já posta por outro sujeito (um antropólogo).

Contudo, mesmo buscando tratar a memória discursiva estabelecida e o interdiscurso sob mesma instância, o enunciador jornalista não consegue estabelecer a mesma relação de significado. Isso acontece, porque, no início, acaba por construir um sentido de "escolha" pelo lugar habitado, já o discurso trazido como validação apresenta contradições, ao propor "o Xingu foi o que lhes restou" (Carvalho, 2006, p.65).

Ao discutir tal relação do espaço ou lugar, pensaremos a condição do sujeito que habita este espaço, materializado no "corpo". Tal conceito, assim como para as Ciências Sociais, para a Psicanálise, ou para a arte em geral, também terá o seu espaço de discussão por meio da análise de discurso materialista. Mesmo que de forma muito singela e não teorizada, a discussão sobre a noção de corpo também surgirá com Michel Pêcheux, como discute Maria Cristina Leandro Ferreira (2023), por meio de "indícios", a partir da noção de sujeito do discurso:

em duas faces, ambas materializada e mediadas pela linguagem: ideologia e inconsciente. Sabemos que onde há linguagem há corpo, instância material

do sujeito. Se a ideologia se materializa no discurso ela o faz simbolicamente pelo sujeito (que tem um corpo); já o inconsciente, estruturado como linguagem, também se materializa no corpo, com seus **furos e falhas**. Portanto, falar em ideologia e em inconsciente é levar em consideração o corpo do sujeito interpelado: onde há sujeito, há corpo, e onde há corpo há linguagem, há materialidade simbólica, político-ideológica. (Leandro-Ferreira, 2023, p.42, grifo nosso)

Sendo assim, para a pesquisadora, aqui reside a inseparabilidade entre o sujeito e sua materialidade, e, ao enunciarmos um corpo e falarmos sobre sua materialidade, não ousamos pensar apenas sobre a caracterização física ou biológica, mas principalmente sob sua dimensão simbólica, na produção dos sentidos, que também acontece por meio de mais uma relação entre inconsciente e corpo, pois, como afirmam as teorias lacanianas e as palavras de Maria Cristina Leandro Ferreira (2023), o corpo se tornará palco de “furos e falhas”, no qual o inconsciente se manifestará, tornando-se também um discurso a ser lido e interpretado.

Nesse sentido, ao citarmos o processo de materialidade do corpo e o corpo discursivo, não procuramos falar de oposições, mas sim de complementações, não se interessa a consideração total da materialidade, que pode ser facilmente limitada ou deslocada ao “físico”, tampouco somente do corpo discursivo. Assim, a materialidade e discursividade não acontecem separadamente, nem buscam limitações, “afinal, o corpo, enquanto materialidade que simboliza o sujeito, precisa de um escopo mais amplo que dê conta de suas várias manifestações, que vão da palavra ao gesto, do verbal ao cênico, do significante ao gozo” (Leandro-Ferreira, 2023, p. 37).

Desse modo, o corpo, ao ser trazido para o campo da literatura, pode se significar por meio do poético da linguagem, materializando-se na elaboração dos personagens e, até mesmo, em seu processo de autoria, colocando a reflexão de que nenhum sujeito está desvinculado de seu corpo simbólico e de como ele se manifesta inconscientemente. Isso, porque, mesmo tomado por posições ou instâncias, as construções discursivas de corpo resgatam uma memória, a qual é influenciada por relações e forças ideológicas, que chamamos anteriormente de memória discursiva.

Essa construção de corpo-personagem, para Candido (2009), manifestar-se-á como um processo de corporificação, entendido pelo autor, como:

Em tais casos, as personagens obedecem a uma certa concepção de homem, a um intuito simbólico, a um impulso indefinível, ou quaisquer outros estímulos de base, que o autor corporifica, de maneira a supormos uma espécie de arquétipo que, embora nutrido da experiência de vida e da observação, é mais interior do que exterior (Candido, 2009, p. 73).

Entretanto, ao restringir o corpo à representação simbólica de um “arquétipo”, Candido (2009) desconsidera a complexidade da materialidade discursiva, na qual o corpo não é apenas uma representação ou construção do autor, mas um elemento fundante, que se relaciona com as posições de sujeito no discurso. Sendo assim, não é essa a consideração que pretendemos levar nesta dissertação, mas sim a compreensão de um corpo enquanto sujeito, atravessado pelas forças ideológicas e discursivas, no processo de enunciação. Assim, é possível reconhecer um dos grandes marcadores de diferença entre a análise de discurso materialista e as compreensões de Candido (2009) se dá pela compreensão sobre ideologia e materialismo, derivando as demais (como história e historicização, os quais não se fazem despregados de um funcionamento simbólico e imaginário de língua).

A partir dessa consideração do corpo enquanto sujeito, é possível convidarmos para a ampliação da discussão. A filósofa estadunidense Judith Butler ([2017, 2020]), embora seja reconhecida e comumente enquadrada como uma estudiosa *queer*, atua há anos elaborando considerações sobre o sujeito, seus enquadramentos e as violências sobre os corpos. Com isso, Butler (2020) apresenta que o corpo, enquanto materialidade, está sujeito à exclusão ou à abjeção (noção fundante para a filosofia de Judith Butler). Dessa forma, Biziak; Zoppi-Fontana (2021) consideram que o abjeto:

corresponderia àquilo que não pode e não deve ser visto, corpos execrados que não teriam representabilidade e cuja materialidade é marginalizada, já que apontaria para fissuras no imaginário hegemônico sobre as vidas possíveis (BIZIAK; ZOPPI-FONTANA, 2021, p. 150).

Assim, ao adentrarmos à consideração de abjeção de Butler (2020), sintetizada por Biziak; Zoppi-Fontana (2021), chegaremos a uma das instâncias dadas ao corpo discursivo, cuja construção simbólica emerge da intersecção entre ideologia, língua e inconsciente. Logo, durante o processo de análise, partiremos da abjeção, considerando a memória e o esquecimento de um corpo.

3. NOVE NOITES: CORPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Tal como buscamos explicitar algumas definições e noções no capítulo anterior, prosseguiremos agora ao trabalho de análise, a partir de um *corpus* escolhido que nos garante (im)possibilidades de fazer dizer e enunciar. Nessa perspectiva, publicada em 2001 pelo autor carioca Bernardo Carvalho, a obra constrói seus efeitos de sentido por meio da “memória” e “esquecimento”, até mesmo sentidos do “lembrar” e do “esquecer”, narrando a vida e a morte do antropólogo estadunidense Buell Quain, em território brasileiro.

Alguns aspectos de enredo muito importantes de serem enfatizados são: a existência de Buell Quain, um sujeito mencionado em arquivos históricos materiais e não apenas literário e o propósito de estudo do etnólogo em relação aos indígenas em terras brasileiras no final da década de 1930, que atua como uma importante condição de produção da obra. Por ser considerado o grande interesse da antropologia a diferentes grupos nativos indígenas em nosso país, cria um arquivo não somente histórico, mas também etnológico, jornalístico e posteriormente literário.

Com esses aspectos, a memória é assumida em seu funcionamento a partir do suicídio, deixando diversos rastros e trazendo algumas discussões à tona por outros enunciadores importantes. Um desses enunciadores intitula-se amigo e conhecedor de Quain, e outro se encontra mais preocupado com as histórias de Quain para um propósito jornalístico. Todos esses são afetados pela historicidade e pela voz do etnólogo suicida não ouvidas em vida, mas silenciadas pelo ato e pelas condições de produção que o faz significar e permite que a enunciação pudesse atuar com tantas outras possibilidades de história, memórias, não ditos, implícitos e mistérios.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE NARRATIVA, ENUNCIADOR E ENUNCIAÇÃO EM NOVE NOITES

Nesse momento de análise, retomaremos a noção de enunciação a qual movimenta e estrutura este trabalho, principalmente por corresponder ao ato de produzir um discurso, mesmo que de modo inconsciente. Ao citar a produção de discurso, não buscamos referir a uma produção originada por Bernardo Carvalho, nem queremos mencioná-lo como um indivíduo que fala ou aquele que assume uma posição de autoria, mas sim daremos ênfase ao texto literário como acontecimento.

Isso, porque a função *autor* não age somente como um efeito de unidade, mas como organizadora das enunciações, influenciadas pelas relações ideológicas e suas formações discursivas. Ao final, essas enunciações irão corresponder a uma cena enunciativa que estabelece as condições de enunciar, sob uma relação com o simbólico, que, nesse contexto refere-se às formações discursivas e às regras que estruturam a produção de significados dentro de um campo discursivo.

Nesse contexto, compreendendo o significado de enunciação e novamente enfatizando a recusa à consideração do conceito de voz para Genette (2017), é possível ainda deslizar para um pensamento superficial e equivocado de que as diversas vozes presentes na obra *Nove Noites* possam constituir diferentes enunciações, ou, até mesmo, uma polifonia (conforme utilizado por Bakhtin [1981] e outros teóricos da linguagem).

Entretanto, embora se trate de diferentes enunciações, as quais residem em processos de subjetivação distintos no romance e produzem diferentes efeitos de posições-sujeito, ainda assim, essas enunciações agem de forma muito semelhante em relação ao simbólico. Dessa forma, mesmo sendo reconhecidas no romance como individuais, elas ainda continuam vinculadas e inscritas a uma mesma língua para enunciar, isso é, essas vozes e esses discursos podem ser compreendidos como variadas “enunciações”, mas que, por fim, atuam e constituem uma mesma cena enunciativa, conforme coloca Guimarães (2002).

Na obra, a partir das seguintes enunciações:

Ruth Benedict (professora e orientadora de Buell Quain):

Ao receber a notícia do suicídio do aluno, recém-isolada na fronteira do Canadá, na região das montanhas Rochosas, para onde havia se recolhido, dando início a seu ano sabático, Benedict esboçou uma carta à mãe de Quain: “Minha secretária acaba de me telegrafar, e em meio à minha própria dor só consigo pensar na senhora. Ele **foi um filho** que sempre a preocupou. É desolador. De todos os meus **alunos**, guardo no coração o lugar mais caloroso para Buell, e neste momento só consigo pensar na perda pessoal e chorar o seu sofrimento, cujos motivos ainda não conhecemos. Nunca esquecerei a sua dedicação ao **trabalho** e fico contente de poder, ao publicá-lo, ajudar a **pô-lo na vanguarda da pesquisa** de campo. Ele realizou muita coisa, e **eu acredito que, no íntimo, ainda quisesse realizar** muito mais. Estou paralisada pela dor. Que Deus possa confortá-la no seu sofrimento” (Carvalho, 2006, p.15, grifos nossos).

Fannie Dunn Quain (mãe de Buell Quain):

Quase cinco anos depois do suicídio, numa carta de 31 de maio de 1944, dia do aniversário dele, sua mãe escreveu a Heloísa Alberto Torres: “Faz trinta e dois anos esta noite que ele nasceu. Em pequeno, sempre respondia às pessoas que lhe perguntavam quando tinha nascido: 'A dez minutos de junho'. Há cinco anos, ele me escreveu de Carolina a última carta de aniversário” (Carvalho, 2006, p.16, grifos nossos).

Nos excertos, é possível observar que, no caso de *Nove Noites*, as enunciações que circulam em relação ao suicídio do antropólogo assumem posições de luto e afetamentos diferentes em relação à morte dele. Assim, ao analisarmos a sequência enunciativa, deparando-nos com a carta encaminhada por Ruth Benedict à mãe de Quain, é criada uma expectativa sob o leitor de resposta à primeira carta. Contudo, isso permanece implícito, e mostra-se apenas anos depois uma carta de Fannie Quain endereçada não à orientadora e professora de Buell Quain, mas sim à Heloísa Alberto Torres, antropóloga brasileira renomada e diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, o que faz com que as tensões e os mistérios na obra fiquem cada vez mais visíveis e imprevisíveis aos olhos dos leitores.

Na primeira carta trazida do *corpus*, é possível identificar o contato traçado por Ruth Benedict com a mãe de Quain, ali a professora presta suas condolências demarcando não apenas a sua posição de enunciação, mas as posições-sujeito assumidas por Buell – aluno, filho, profissional, pesquisador e jovem –, como aquele que gostaria ainda de realizar muitas outras coisas. A partir disso, Ruth Benedict, na carta, oscila entre uma relação profissional e pessoal, nomeando e designando as posições de Buell Quain. Esse ato de designação, conforme afirma Guimarães (2002),

é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos. Hipótese que me interessa fortemente tanto para os nomes comuns, como para os nomes próprios, como se verá. A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação (Guimarães, 2002, p. 09).

Sendo assim, ao analisarmos o nome próprio mais recorrente em *Nove Noites*, atribuindo a lógica de Guimarães (2002) de designação e nomeação, é possível ver que o nome do protagonista sofre diferentes processos de significação. Isso, pois, a partir de gestos de leitura mais amplos da obra, é possível apreender o nome Buell Quain acompanhado de atribuições gerais como a de etnólogo, suicida e

protagonista de um romance, porém apagado de suas demais posições mencionadas pela professora. Entretanto, todas essas posições são importantes para o processo analítico, para verificarmos como os discursos são enunciados por meio de determinadas e distintas posições, seja na literatura ou no mundo material.

Ao dar continuidade ao processo de análise, do segundo recorte apresentado, sendo ele um trecho da carta de Fannie Quain à Heloísa Alberto Torres, é possível ver a mãe do protagonista apresentar sua dor em forma de saudade, de forma a relembrar o legado de Buell, não agora como um etnólogo ou pesquisador que se foi, mas de filho que se faz presente na materialidade da língua. No enunciado, o passado é reorganizado no presente, a partir da contagem dos anos de uma vida, o que torna evidente como os sujeitos são constituídos por meio do discurso, e dá luz não apenas a quem enuncia, mas também ao modo e ao motivo pelo qual enuncia. Além disso, outro fator importante a ser analisado na carta de Fannie Quain é a ausência do uso do nome próprio ao se referir ao filho. Sobre esse fator, Guimarães (2002) informa que

o funcionamento do nome próprio de pessoa, na nossa sociedade, inclui uma hipótese de unicidade que não tem, no entanto, procedimentos de diferenciação suficientes a não ser no interior de cada família, ou seja, o nome próprio funciona como se fosse único, embora não o seja (Guimarães, 2002, p. 40).

Assim, Buell Quain é substituído pelo pronome pessoal “ele” na carta de Fannie Quain, que, mesmo não sendo citado como nome próprio, consegue, para enunciação, efeitos de unicidade, não para a sociedade, mas sob a ótica de mãe durante seu processo de luto.

Após nos depararmos com esses recortes do *corpus*, é possível perceber que a troca de cartas e o possível diálogo entre Ruth Benedict e Fannie Quain permanece implícito, e não esclarecido para o leitor da obra. Todavia, em outra carta, esse mistério vem à tona, porém não ocorre entre a professora e a mãe do etnólogo, mas entre Ruth Benedict e Marion Quain, irmã de Buell. É importante ressaltar que a carta da irmã de Buell Quain não foi inserida com as demais cartas, em páginas anteriores, respeitando uma ordem de análise, mas, ao seguir uma cronologia de datas presentes nas cartas apresentadas pelo enunciador, é possível reconhecer que aquela feita pela irmã de Buell Quain foi encaminhada anos antes das enviadas pela mãe do etnólogo à Heloísa Alberto Torres, o que indica não apenas contradições e

apagamentos, mas também novas camadas de complexidade à obra. Vejamos a seguir:

Marion Quain Kaiser (irmã de Buell Quain):

No dia 13 de setembro de 1939, Marion Quain Kaiser, a irmã de Buell, escreveu, de Chicago, uma carta estranhíssima a Ruth Benedict. **“Já que minha mãe tem se correspondido com a senhora, não senti que havia necessidade de lhe escrever. Mas a sua carta que chegou hoje endereçada à minha mãe me convenceu de que preciso esclarecer a questão do testamento de Buell, se eu puder.** Em primeiro lugar, meu pai, que lhe escreveu de Seattle, logrou afastar-se mais ou menos da família ao se divorciar da minha mãe de maneira insensata no último inverno. Nunca se interessou pelo trabalho ou pelos objetivos de Buell. Temo que essa tragédia não o tenha atingido como a nós. Entretanto, o fato de Buell desejar que seus investimentos fossem repassados à senhora preocupou o meu pai, já que ele sempre se importou muito com DINHEIRO” (Carvalho, 2006, p.77-78, grifos nossos).

No trecho, é possível compreender que as cartas de Ruth Benedict à mãe de Buell Quain obtiveram respostas, mas a presença desse diálogo entre ambas só se torna evidente a partir das colocações de Marion. Nesse viés, essas sequências discursivas revelam pontos cruciais para alguns direcionamentos na obra, principalmente pela preocupação do pai com o “DINHEIRO”, e não com o “trabalho” ou “objetivos” do irmão. Na carta, é possível identificarmos a ênfase da relação do pai com as economias de Buell, por meio de um recurso discursivo de diferenciação, por deixar em caixa alta a palavra dinheiro e como ponto último de seu desabafo. Essa diferenciação gráfica não só enfatiza a relação material do pai, como enaltece o luto genuíno que ela e a mãe passam. Além disso, é importante evidenciar que a ausência de um possível diálogo entre Ruth e Fannie anteriormente deixa lacunas para que o efeito leitor possa agir a partir de suas compreensões, considerando que o silêncio entre ambas carregue efeitos de orgulho ou de desentendimento.

Sendo assim, as enunciações apresentadas até aqui, por mais distintas e dúbias que possam parecer são organizadas pela função da autoria e convocadas a comporem uma mesma enunciação com efeitos de dúvida, que não busca resolver, mas sim instigar-nos a querer saber mais, porém, ao mesmo tempo, não conseguir nenhuma informação além. Essas enunciações podem performar um efeito de controle ao leitor, a confiar (ou não) em uma e não em outra enunciação, quando, na verdade, todas elas estão passíveis de controle sob o efeito de autoria que amarra toda a obra, como um efeito de unidade, principalmente pela forma de contar com um

outro, nomeado de “você”: “Isto é para quando você vier. [...] seja você quem for [...] se é isso que você quer saber” (Carvalho, 2006 p. 06-07).

Assim, na trama, o etnólogo Buell Quain é tratado em terceira pessoa, como “ele”, “o etnólogo” ou o “filho”. Entretanto, em alguns trechos no romance, o nome ou os sinônimos de Buell são deslocados para a primeira pessoa, assumindo, assim, a posição de enunciador 1. Esses deslocamentos de posições são importantes para aproximar o leitor, ao longo da obra:

"Prezada dona Heloísa, "Estou morrendo de uma doença contagiosa. A senhora receberá esta carta depois da minha morte. A carta deve ser desinfetada. Pedi que as minhas notas e o gravador (me desculpe, sem nenhuma gravação) fossem enviados ao Museu. Por favor, remeta as notas para Columbia. "Não pense o pior de mim. Apreciei a sua amizade. Mas não posso terminar o catálogo da coleção que os índios vão encaixotar e lhe enviar. Pedi que dois contos lhe fossem remetidos por conta do meu fracasso. No entanto, se a senhora receber alguma peça da coleção, por favor, lembre-se dos índios e mande o que achar adequado para Manoel Perna, de Carolina. "Espero que Lipkind e Wagley cumpram com as suas expectativas. "Sinceramente, "Buell Quain" (Carvalho, 2006, p. 19).

Essa transposição de focos se torna um recurso discursivo importante de contradição, que oscila da primeira à terceira pessoa e faz com que as camadas enunciativas se tornem cada vez mais complexas, bem como a trama cada vez mais densa. Esse recurso discursivo incorporado ao texto literário possibilita à função autor obter efeito de o controle das enunciações pelo modo como esse texto será organizado para o efeito-leitor, unindo a temática do suicídio à busca incessante de solução do mistério, o que torna a narrativa intimista, porém fragmentada. Assim, consoante Guimarães (2002), essa “cena enunciativa coloca em jogo, também, lugares de dizer que estamos aqui chamando de enunciadore[s] [...] E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história” (Guimarães, 2002, p. 26).

3.2 ENUNCIADORES

Conforme já analisamos, em algumas cartas de amigos e de familiares do protagonista, os enunciadore[s] são peças importantes para a obra, pois são eles que estabelecem relações distintas com o suicídio do personagem e fazem com que algumas informações permaneçam implícitas enquanto, com outras, até demonstrem certos “esquecimentos” por não serem ditas, mas que aparecem e se fazem

presentes, mesmo não transparecendo no funcionamento da língua. A começar com o enunciador que se denomina amigo, que constrói uma relação de memória com o leitor, ou um “testamento” deixado para todos nós, para que determinadas informações, fatos ou histórias fossem perdidas.

Manoel Perna (enunciador número 1), que se autodenomina amigo de Buell Quain, determina uma relação proximal não somente com o amigo, mas com a ausência dele, devido ao seu suicídio. Essa relação com o suicídio é repetidamente trazida ao longo da obra, acompanhada de problematizações e especulações a respeito dos motivos que levaram o amigo a conceber tal ato. Assim, esse enunciador se coloca sob uma posição daquele que detém o “conhecimento” sobre os motivos não revelados por ninguém. Manoel Perna, ao enunciar e convocar o leitor a escutá-lo, acaba por deslocar o termo suicídio para outros termos, como “tragédia”, o que banaliza possibilidades de sentidos.

Desde o início, **embora não pudesse prever a tragédia**, fui o único a ver nos olhos dele o desespero que tentava dissimular, mas nem sempre conseguia, e cuja razão, que cheguei a **intuir antes mesmo que ela me fosse revelada, preferi ignorar, ou fingir que ignorava**, nem que fosse só para aliviá-lo. Acho que assim eu o ajudei como pude. (Carvalho, 2006, p.08, grifos nossos)

Ao enunciar a impossibilidade de “prever a tragédia”, Perna estabelece uma relação inesperada com o suicídio, mas que logo em seguida é colocada em contradição, pois o enunciador menciona “intuir antes mesmo que ela fosse revelada”, mas que prefere ignorar ou “fingir que ignorava”. Nessa perspectiva, é possível compreender que a enunciação possivelmente atribuída ao locutor Manoel Perna se manifesta como um exemplo claro de que a língua está sujeita a falhas e a equívocos, logo, a contradições pré-estabelecidas (Pêcheux, 1975). Isso, pois, se o suicídio de Buell, deslocado como “tragédia”, não pudesse ser previsto, por qual motivo Manoel Perna o intuiu, mas preferiu ignorar os motivos pelos quais o deixava com o olhar desesperado? Dessa forma, já é possível reconhecer inicialmente as enunciações de Manoel Perna como contraditórias, reforçando os efeitos de dúvida não somente sobre esta enunciação, mas também à toda a obra literária.

Outro movimento realizado pelo Enunciador 1, Manoel Perna, dá-se agora não como deslocamento do termo suicídio, mas pela criação de uma cadeia parafrástica:

Quando vier à procura do que o passado **enterrou**, é preciso saber que estará às portas de uma terra em que a memória não pode ser **exumada**, pois o segredo, sendo o único bem que se leva para o **túmulo**, é também a única **herança** que se deixa aos que ficam, como você e eu, à espera de um sentido, nem que seja pela suposição do mistério, para acabar **morrendo** de curiosidade. (Carvalho, 2006, p. 06, grifos nossos).

A partir do trecho, é possível perceber que o Enunciador 1 não utiliza o termo suicídio propriamente, mas baliza uma relação com um efeito de sentido, em uma formação discursiva, por meio de recursos da enunciação, fazendo funcionar um campo semântico mórbido, daquele que busca lidar com a imprevisibilidade da morte e sua cadeia de sentidos. Assim, condiciona-se a memória a algo que permanece junto ao corpo morto e que, logo, não pode ser exumada, trazida à tona.

Contudo, outro trecho acaba por desestabilizar a citação acima, manifestando, novamente, contradições: “Nada me entristeceu tanto quanto o fim do meu amigo, cuja memória decidi honrar.” (Carvalho, 2006, p. 09). Aqui percebe-se que a memória de Buell Quain e de seu suicídio não pode ser exumada, conforme afirmou Manoel Perna em seus relatos iniciais, mas pode ser honrada. Tal sequência de contradições auxilia o enunciador 1, desde a sua primeira aparição em sua primeira carta, a construir uma dominação não somente das informações, mas dos sentidos, sendo aquele que honra a memória e sabe o que propriamente está enunciando, mas que, ao ser visto nessa relação de contradição, revela-se um enunciador como qualquer outro, um sujeito passível de equívocos, que acredita que o seu discurso parte de uma neutralidade ou que não demonstra impactos em discursos outros, esquecendo-se de que, mesmo envolvendo a ilusão, o discurso não é neutro, já que está inserido em um contexto ideológico de poder. Com isso, ao balizar esses efeitos contraditórios de sentidos e buscar transparecer um conhecimento sobre a causa do suicídio, o Enunciador 1 estabelece uma relação de poder com os leitores (embora não os conheça), mesmo se esquecendo dela, o que podemos chamar de esquecimento discursivo, noção essa que fundamenta a perspectiva de enunciação para Pêcheux (1975).

A partir desse processo de constituição de memórias, Manoel Perna estabelece um vínculo do que é ou não passível de ser dito, deixando entrever a ação de alguns esquecimentos, como observado no trecho: “Se agi como se ignorasse os motivos que o levaram ao suicídio foi para evitar o inquérito. A polícia tomou

conhecimento do caso e fez o inventário dos fatos e do espólio a pedido dos americanos". (Carvalho, 2006, p. 20-21).

Dessa forma, ao mencionar agir como "se ignorasse os motivos que o levaram ao suicídio", o presente enunciador, aquele que se denomina amigo do antropólogo Buell Quain, procura ilustrar certa proximidade com o personagem, bem como com os motivos que o levaram ao ato de ceifar a própria vida, balizando efeitos de dominação sobre os fatos, como uma verdade detida, do que pode e/ou deve ou não ser relatado. Todavia, esquece-se de que tais motivos ou discursos são atravessados principalmente pelo próprio antropólogo e sua relação com a exterioridade, além de que a produção desses discursos ecoados não é dele, e sim um assujeitamento pela língua e pelos discursos que sempre estiveram ou saíram de/em algum lugar.

De acordo com o que já discutimos, os enunciadores presentes na obra apresentam relações específicas com o personagem Buell Quain, de forma mais íntima, como no caso do enunciador Manoel Perna, estabelecendo, assim, efeitos de memória. Entretanto, o enunciador número 2, o jornalista, se manifesta sessenta e dois anos depois da morte de Buell Quain, a partir da leitura de uma coluna em um jornal, e revela sobre o protagonista não um conhecimento íntimo, nem mesmo os motivos que o levaram ao suicídio, mas um conhecimento e uma visão distante.

Não posso dizer que nunca tivesse ouvido falar nele, mas a verdade é que não fazia a menor ideia de quem ele era até ler o nome de Buell Quain pela primeira vez num artigo de jornal, na manhã de 12 de maio de 2001, um sábado, quase sessenta e dois anos depois da sua morte às vésperas da Segunda Guerra. O artigo saiu meses antes de outra guerra ser deflagrada. [...] Li várias vezes o mesmo parágrafo e repeti o nome em voz alta para me certificar de que não estava sonhando, até entender — ou confirmar, já não sei — que o tinha ouvido antes. O artigo tratava das cartas de outro antropólogo, que também havia morrido entre os índios do Brasil, em circunstâncias ainda hoje debatidas pela academia, e citava de passagem, em uma única frase, por analogia, o caso de "Buell Quain, que se suicidou entre os índios krahô, em agosto de 1939" (Carvalho, 2006, p. 11, grifos nossos).

A partir dessa passagem, deparamo-nos com outro tipo de funcionamento enunciativo, presente a uma posição sujeito daquele que recupera anos depois o nome de Buell Quain, compondo e partindo de um processo de rememoração sobre o protagonista, que agora significa em outras condições de produção, sendo ela constituída a partir de fatos noticiados e enunciados. Sob essa ótica, esse enunciador

busca compreender se “não estava sonhando” ou confirmar se “o tinha ouvido antes” (Carvalho, 2006, p. 11). Esse movimento se dá pela memória discursiva que recorta e dá formas ao interdiscurso, como o conjunto de tudo aquilo que um dia já foi dito e ampara o dizer de agora.

Com isso, ao analisarmos o impacto causado ao ler o nome de Buell Quain, percebemos que modo como esse enunciador recebe o nome do antropólogo o faz pensar em outros fatores e não somente sob um caráter de curiosidade para a composição literária. Isso, porque a consideração do nome de Buell Quain afeta de tal forma o sujeito enunciador, que o faz procurar vestígios e, até mesmo, investigar um pouco mais sobre a vida do antropólogo, reconhecendo, assim, o sujeito Buell e reconhecendo-se propriamente como um sujeito “linguístico-histórico” (Orlandi, 2013, p. 90).

[...] ao pronunciar aquele nome em voz alta, ouvi-o pela primeira vez na minha própria voz. Buell Quain se matou na noite de 2 de agosto de 1939 — no mesmo dia em que Albert Einstein enviou ao presidente Roosevelt uma carta histórica em que alertava sobre a possibilidade da bomba atômica, três semanas antes da assinatura do pacto de não-agressão entre Hitler e Stalin, o sinal verde para o início da Segunda Guerra e, para muitos, uma das maiores decepções políticas do século XX (Carvalho, 2006, p. 12, grifos nossos).

Ao mobilizarmos Orlandi (2013) sobre a relação linguística histórica e o trecho da obra, é possível reconhecer que, por meio de pesquisas e de investigações, o personagem jornalista passa a pronunciar o nome de Buell Quain com sua própria voz, conforme os grifos trazidos no excerto, descrevendo a fatídica morte, junto a outros acontecimentos históricos, como a carta de Albert Einstein enviada ao presidente e as condições de produção proximais ao sinal para a Segunda Guerra. A partir desse enaltecimento a fatos históricos feitos pelo personagem jornalista em sua enunciação em conjunto à apresentação do personagem Buell Quain, possibilita analisarmos a obra sob a ótica da análise de discurso materialista não somente como um texto literário, mas sim uma enunciação que considera a exterioridade do sujeito e as condições de produção imbricadas, que é permeada por um efeito de história, apresentado por Pêcheux, como um “imenso sistema natural-humano em movimento cujo motor é a luta de classes” (Pêcheux, 1975, p. 138).

Assim, considerando esses elementos históricos no recorte como estratégias narrativas, pelas quais se afunilam a relação entre a literatura e a história,

entendemos que eles contribuirão diretamente para a construção de um espaço da escrita na ficção contemporânea, o qual baliza os “efeitos de veridicção” pelos quais “o escritor cria um sistema simbólico de representação da realidade” e faz “[...] da realidade histórica então, uma (outra) realidade estética” (Gobbi, 2004, p. 43). Desse modo, sob o trato ficcional, o romance, mesmo apresentando elementos históricos ou fatos em movimento, ainda assim será tomado como “verdade” implícita “uma vez que, no romance, a história é, também uma outra coisa, cuja ‘verdade’ só existe (e só interessa) enquanto fato literário” (Gobbi, 2004, p. 49).

Ao mostrar o conhecimento por Buell Quain pela primeira vez, o enunciador jornalista parte de enunciados presentes em um jornal e um artigo da antropóloga responsável por trazer de volta à tona a vida de Buell Quain:

O artigo tratava das cartas de outro antropólogo, que também havia morrido entre os índios do Brasil, em circunstâncias ainda hoje debatidas pela academia, e citava de passagem, em uma única frase, por analogia, o caso de **"Buell Quain, que se suicidou entre os índios krahô, em agosto de 1939"**. Procurei a antropóloga que havia escrito o artigo. A princípio, foi seca no telefone. Deve ter achado estranho que alguém lhe telefonasse por causa de um detalhe do texto, mas não disse nada. Trocamos alguns e-mails, que serviram como uma aproximação gradual. (Carvalho, 2006, p 11, grifos nossos).

Nesse trecho, o enunciador jornalista, ao tomar conhecimento de Buell Quain, a partir de um artigo e de uma conversa telefônica com a autora, organiza seu discurso não apenas utilizando citações diretas (diferenciado por aspas), mas também por um modo de enunciar em terceira pessoa, o que permite que saibamos apenas o essencial sobre a conversa e sobre a investigação acerca da vida do protagonista Buell Quain, o que torna difícil de mensurar o nível de aproximação entre as posições enunciativas de ambos. Isso deixa um espaço para interpretações, se a composição do diálogo torna ou não o jornalista (Enunciador 2) mais próximo a Buell Quain, mesmo não o conhecendo pessoalmente.

Além disso, ao longo de outras enunciações, o jornalista (Enunciador 2) deixa, cada vez mais, em aberto os motivos pelos quais foi levado a investigar a vida de Buell Quain, bem como as aproximações e seus desejos pessoais, construindo, assim, uma enunciação cada vez mais engendrada aos desejos de Buell Quain, confundindo-nos em alguns momentos, fazendo com que não percebamos qual seria seu desejo ou gosto pessoal, e quais eram os desejos do protagonista Buell Quain:

[...] ao pronunciar aquele nome em voz alta, ouvi-o pela primeira vez na minha própria voz. [...] O mundo dele não foi o meu. Não viu a guerra, não viu a bomba [...] **Tinha** um fascínio quase adolescente pela ciência e pela tecnologia. **Não podia** ter pensado que quanto mais o homem tenta escapar da morte mais se aproxima da autodestruição, não podia lhe passar pela cabeça que talvez fosse esse o desígnio oculto e traiçoeiro da ciência, sua contrapartida, embora muito **do que observou** entre os índios e associou por intuição à sua própria experiência pudesse tê-lo levado a alguma coisa muito próxima dessa conclusão. (Carvalho, 2006, p. 12-13, grifos nossos).

Assim, o Enunciador 2 opta por utilizar determinadas construções frasais, reestruturando os termos das orações, colocando apenas sujeitos ocultos no início das orações “tinha” / “não podia”. A partir disso, o jornalista brinca com a percepção do possível leitor, fazendo surtir dúvidas: se as frases podem ter como sujeito oculto o pronome “eu” ou “ele”: *Eu tinha um fascínio quase adolescente pela ciência / Ele tinha um fascínio quase adolescente pela ciência*; ou *Eu não podia ter pensado que quanto mais o homem tenta escapar da morte mais se aproxima da autodestruição / Ele não podia ter pensado que quanto mais o homem tenta escapar da morte mais se aproxima da autodestruição*.

No final da citação, se prestarmos atenção às flexões verbais, é possível compreender que o Enunciador 2 realmente está focando na vida de Buell Quain, a partir de um limite gramatical. No trecho, o enunciador utiliza a seguinte oração: “muito do que observou”, impossibilitando uma interpretação dúbia, como as anteriores realizadas a partir do uso de sujeitos ocultos. Esse limite gramatical se dá por uma necessidade de concordância verbal, que impossibilita o uso de outros pronomes, pois, ao verificarmos a flexão final do verbo, percebemos a concordância com a terceira pessoa do singular (ele). Assim, é possível compreendermos que, mesmo sendo carregada de múltiplos sentidos, a materialidade da língua, em alguns momentos, impede-nos da aplicação de uma infinidade de significações, pois toda palavra exige seu limite e, nesse caso, o limite se encontra na flexão verbal apresentada.

Entretanto, o objetivo desta análise não é questionar se há a possibilidade de o enunciador estar falando de si, mas sim em como, no funcionamento da língua, isso é possível de ser balizado. Dessa forma, o enunciador número 2 deixa sujeitos indeterminados em suas orações, problematizando ideologicamente suas aproximações e semelhanças com o protagonista Buell Quain em sua forma de enunciar.

Além dos enunciadores: número 1 (Manoel Perna) e 2 (jornalista), é possível reconhecermos locutores diferentes que correspondem ao mesmo funcionamento de enunciador, em cartas que tratam como temática a morte e a vida de Buell Quain. Algumas dessas cartas, como as de Ruth Benedict, Fannie Quain e Marion Quain Kaiser já foram utilizadas de base para uma análise discursiva em seções anteriores deste capítulo, e serviram como proposta de análise das distintas posições enunciativas no romance. Portanto, procuraremos nos debruçar não sobre os conteúdos de cada carta, embora sejam necessários para múltiplas leituras da obra, mas sobre o modo como essas correspondências são apresentadas, servindo como forma de arquivo discursivo não somente da vida e da morte do protagonista, mas também como base investigativa do jornalista, que o permitem enunciar, a partir do trabalho no interdiscurso.

É importante ressaltar que, para este movimento de análise, embora o enunciador amigo, Manoel Perna, destaque-se como uma rica fonte de informações e de relatos orais sobre Buell Quain, somente o enunciador jornalista é quem coleta, organiza e apresenta tais cartas ao leitor.

Ao receber a notícia do suicídio do aluno, recém-isolada na fronteira do Canadá, na região das montanhas Rochosas, para onde havia se recolhido, dando início a seu ano sabático, Benedict esboçou uma carta à mãe de Quain: "Minha secretária acaba de me telegrafar, e em meio à minha própria dor só consigo pensar na senhora. Ele foi um filho que sempre a preocupou. É desolador. De todos os meus alunos, guardo no coração o lugar mais caloroso para Buell, e neste momento só consigo pensar na perda pessoal e chorar o seu sofrimento, cujos motivos ainda não conhecemos. Nunca esquecerei a sua dedicação ao trabalho e fico contente de poder, ao publicá-lo, ajudar a pô-lo na vanguarda da pesquisa de campo. Ele realizou muita coisa, e eu acredito que, no íntimo, ainda quisesse realizar muito mais. Estou paralisada pela dor. Que Deus possa confortá-la no seu sofrimento". (Carvalho, 2006, p. 15, grifos nossos).

No excerto, destacamos a maneira como o jornalista descreve, enunciando, com propriedade, as condições emocionais em que a remetente Ruth Benedict se encontra ao encaminhar sua carta à mãe de Buell Quain, ao utilizar palavras passíveis de serem lidas sob uma cadeia de significados que antecipam o estado de luto de Ruth Benedict descrito posteriormente no conteúdo da carta: "recém-isolada", "recolhido", "ano sabático". Esses vocábulos nos remetem a uma condição de confiabilidade ao que o próprio enuncia e um direcionamento de significação.

Esse direcionamento age não somente na escolha lexical, para referenciar aos demais enunciadores, mas no processo de escolha das cartas e das enunciações, pois toda escolha é influenciada. Assim, esse processo ocorre sem que o enunciador tome consciência do movimento, podendo ser nomeado por Pêcheux (1975) como esquecimento. A partir disso, para que possamos analisar melhor esses esquecimentos, faz-se necessária uma elucidação sobre o conceito, sobre o qual nos debruçaremos na seção a seguir.

3.3 ESQUECIMENTOS

Como visto ao longo deste texto, a AD, em sua fundamentação e história, apresenta relações diretas com diversos conceitos psicanalíticos, pensando não somente a língua em relação à sua exterioridade, mas também todas as implicações do sujeito perante a língua e sua constituição discursiva. Nesse contexto, para Pêcheux (1975), ao enunciar, o sujeito não é influenciado e assujeitado pelo sistema linguístico em que está inserido. Em síntese, quando o sujeito diz, sempre o faz preso à influência de sua formação discursiva, nunca à margem das ideologias que interpelam seu discurso.

Pêcheux (1975), recorrendo a alguns conceitos psicanalíticos que o auxiliam durante a elucidação do conceito “esquecimentos”, constrói um detalhamento, apresentando que o sujeito, ao se esquecer, não o faz de uma forma psicologista ou como uma associação de “perda de memória”, mas como um vínculo entre a língua, o discurso e o inconsciente, apresentando dois tipos de esquecimentos.

Para Pêcheux (1975), uma analogia possível a fim de explicar o esquecimento nº1 é a partir do recalque inconsciente¹⁵ freudiano, no qual o sujeito, sempre ao enunciar, esquece-se de que não é possível obter o controle pelo não-dito. Nesse panorama, ao tentar transparecer o controle de saber o que está enunciando ou dizendo, o sujeito está constantemente condicionado a explicar, ou antecipar seu

¹⁵ Freud (1915) sobre o recalque: Um dos destinos que um ímpeto pulsional pode sofrer é encontrar resistências que procuram torná-lo inoperante. Em certas condições, que logo investigaremos mais detidamente, o impulso passa então para o estado de recalque [Verdrängung]. Se o que estava em questão era ação de um estímulo externo, obviamente a fuga seria um meio apropriado; no caso da pulsão, a fuga não serve para nada, pois o ego não pode escapar de si próprio. Em dado período ulterior, se verificará que a rejeição baseada no julgamento (condenação) constituirá um bom método a ser adotado contra um ímpeto pulsional. O recalque é uma etapa preliminar da condenação, um intermediário entre a fuga e a condenação; trata-se de um conceito que não poderia ter sido formulado antes da época dos estudos psicanalíticos.

discurso, criando uma sensação de realidade por tudo o que está dizendo (Pêcheux, 1975).

Em relação ao esquecimento nº2

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao "esquecimento" pelo qual todo sujeito-falante "seleciona" no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase - um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (Pêcheux, 1975, p. 161)

Assim, ao utilizar palavras específicas para enunciar, é possível reconhecer que o movimento enunciativo do jornalista passa pelo Esquecimento nº 2, coadunando a teoria de Michel Pêcheux (1975). Nessa perspectiva, antes de apresentar a carta de Ruth Benedict, o enunciador "seleciona no interior da formação discursiva" palavras que acabam por elaborar uma demonstração de situação momentânea: "recém-isolada" em um "ano sabático" (Carvalho, 2006, p. 15), palavras essas que tentam direcionar o modo como a correspondência deve ser recebida, afetado pela sua posição de jornalista investigador e sua ordem estabelecida.

Além disso, para que essas cartas fossem apresentadas, supõe-se uma necessidade de tradução delas, a considerar a nacionalidade de Ruth Benedict (remetente) e a mãe de Buell Quain (destinatária), que são estadunidenses, bem como o idioma falado por ambas, sendo ele o inglês. A partir disso, esse movimento de apresentação da carta e da tradução do conteúdo é totalmente afetado por questões sociais externas. Isso ocorre, pois qualquer trabalho de tradução nunca se dá de forma neutra, mas sim ideológica no discurso, uma vez que, ao se escolher um termo e não outro, o enunciador é assujeitado não somente à língua, mas também às implicações lexicais dela que estão engendradas dentro das formações discursivas.

3.4 ENUNCIÇÃO QUE ORGANIZA E QUE PRODUZ EFEITO DE UNIDADE

Também não posso confiar a mãos alheias o que lhe pertence e durante todos estes anos de tristezas e desilusões guardei a sete chaves, à sua espera. Me perdoe. Não posso me arriscar. **Já não estou em condições ou idade** de desafiar a morte. **Amanhã pego a balsa de volta para Carolina. Mas antes deixo este testamento** para quando você vier e deparar com a incerteza mais absoluta (Carvalho, 2006, p. 06-07, grifos nossos).

Ao buscar apreender o leitor para suas reflexões, o personagem e enunciador Manoel Perna utiliza-se de recursos para demarcar sua saída, e a ênfase

em deixar um testamento “para quando você vier”. Ele relata sua saída de volta à cidade de Carolina que aconteceria no dia seguinte, mas, antes, enfatiza não estar mais em “condições ou idade”, aparentando estar mais velho, tentando transpor aos seus leitores a ideia de que o tempo após a morte de Buell Quain passou e o enunciador tenha ficado anos a nossa espera.

Por acontecer ainda nas primeiras páginas do romance, o enunciador Manoel Perna introduz suas primeiras percepções sobre a trama do antropólogo e seu nível de relação com o amigo, conforme visto nos trechos analisados nas seções anteriores. Todavia, quando o enunciador jornalista assume a posição de locutor e passa a relatar seu ponto de vista, a posição de Manoel Perna é deslocada de 1ª pessoa à 3ª pessoa:

Ninguém nunca me perguntou. **Manoel Perna, o engenheiro de Carolina e ex encarregado do posto indígena Manoel da Nóbrega, morreu em 1946, afogado no rio Tocantins, durante uma tempestade, quando tentava salvar a neta pequena.** O Estado Novo e a guerra tinham acabado. Deixou sete filhos, três homens e quatro mulheres. Voltava de Miracema do Tocantins para Carolina. **Quem conta a história são os dois filhos mais velhos, que me garantiram que ele não deixou nenhum papel ou testamento, nenhuma palavra sobre Buell Quain.** Francisco Perna, de Miracema, disse que o pai "voltava para Carolina pelo rio, houve uma tempestade e a balsa virou. Ele já estava doente dos intestinos. O coração não aguentou. Tentou nadar e salvar a neta sobre uma mala, mas o corpo dele afundou. A neta foi salva por um amigo que conseguiu nadar até a margem". Só dias depois do acidente os filhos tiveram notícia de que o corpo do pai, levado pela correnteza, tinha sido achado e enterrado em algum lugar rio abaixo, que não sabem onde é. **Foi enterrado e esquecido como Buell Quain, no meio do mato.** (Carvalho, 2006, p. 119-120, grifos nossos)

A partir desse excerto, é possível reconhecer o relato do enunciador jornalista sobre a vida de Manoel Perna, não a partir de seus relatos pessoais em 1ª pessoa, mas sim dos filhos. Nesse viés, as contradições se manifestam, pois, por meio do relato pessoal de Manoel Perna, ele mesmo confirma deixar um testamento “a sua espera”, já o enunciador jornalista busca confirmar com os filhos que “ele não deixou nenhum papel ou testamento, nenhuma palavra sobre Buell Quain”, transmitindo uma ideia de dúvida ainda mais profunda.

Contrariamente, o próprio enunciador jornalista, ao tentar distanciar a posição de Manoel Perna e Buell Quain apresentando a ausência de relatos do etnólogo, acaba por aproximá-lo nas condições de sua morte: “foi enterrado e esquecido como Buell Quain, no meio do mato”. Desse modo, o enunciador jornalista direciona novamente o leitor a um olhar de comparação e de similaridade: o do

esquecimento. Aqui não nos referimos ao esquecimento discursivo, apresentado anteriormente, mas sim ao esquecimento de um sujeito não lembrado. Nesse viés, Buell Quain e Manoel Perna, segundo o jornalista, caracterizam-se como figuras “esquecidas”. Contudo, ao trazê-los desta forma, quebra este esquecimento, fazendo com que ambos sejam notados e rememorados.

Outro fator importante a ser analisado é o modo como os enunciadores buscam iniciar seu contato com o leitor, utilizando mecanismos que o prendam: “ninguém nunca me perguntou” (enunciador jornalista), “isso é pra quando você vier” (enunciador amigo – Manoel Perna). Percebemos, então, que tanto Manoel Perna quanto o jornalista, mesmo apresentando processos enunciativos distintos e assumindo suas posições como locutores diferentes, produzem um efeito de unidade no processo enunciativo.

“O que agora lhe conto é a **combinação do que ele me contou e da minha imaginação** ao longo de nove noites. Foi assim que imaginei o seu sonho e o seu pesadelo” (Carvalho, 2006, p. 41, grifos nossos). Assim, o enunciador número 1 novamente nos direciona à posição de dúvidas, sobre tudo aquilo que foi enunciado até aqui, principalmente ao associar tudo à imaginação, o que gera efeitos de dúvida.

Além disso, notamos que esse movimento se repete nos agradecimentos da obra. “AGRADECIMENTOS Este é um livro de ficção, embora esteja baseado em fatos, experiências e pessoas reais. **É uma combinação de memória e imaginação** — como todo romance, em maior ou menor grau, de forma mais ou menos direta” (Carvalho, 2006, p.151, grifos nossos). Sendo assim, percebemos que essas repetições organizam as enunciações, logo as cartas deixadas pelo enunciador amigo Manoel Perna podem ser compreendidas como diferentes enunciações, tomadas por locutores distintos e organizados sob o efeito de unidade do trabalho de autoria.

Levando em consideração que “o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor da linguagem” (Orlandi, 2008, p. 103) e a instância que fala por si, podemos compreender que ao escrever e produzir, a função autor não é estabelecida por Bernardo Carvalho, mas sim uma instância na enunciação, por assumir uma função-autora, que estabelece uma relação com a exterioridade e com sua interioridade.

Nesse viés, por mais semelhante à corporificação, às características ou às formas como os personagens se assemelham à vida de Bernardo Carvalho, o próprio não deve ser confundido como aquele que enuncia, pois Bernardo Carvalho não

corresponde mais a um indivíduo, e sim ao social e ao ideológico. Além disso, as dúvidas implicadas nesta pesquisa não buscam estabelecer ou discutir necessariamente quem realmente escreveu as cartas antes nomeadas por Manoel Perna como forma de elucidar um mistério, mas sim como uma maneira de transpor analiticamente como o processo de enunciação na obra se dá de forma dúbia, resvalando em esquecimentos, por meio da qual a função de autoria assumida na obra busca até o final estabelecer essa relação de unidade misteriosa, que se repete.

Essas repetições acontecem a partir das enunciações ou podem ser lidas como múltiplas vozes, mas levantamos, aqui, o questionamento: *quais os efeitos produzidos ao chegar o momento em que essa(s) voz(es) vem(vêm) a faltar?* Ao nos depararmos com o suicídio de Buell Quain na obra, automaticamente somos levados a uma história contada por discursos outros (interdiscurso), os quais silenciam ou corroboram o silenciamento da voz do protagonista.

Consequentemente, nesse jogo de vozes, surge a “complexidade enunciativa”, que abre possibilidade às relações entre literatura e história. Conforme considera Jaqueline Authier-Revuz (1990), pela noção de heterogeneidade enunciativa, que é constitutiva para a análise de discurso materialista, esse conceito pode ser tanto característico do discurso como apresentado por ele.

Numa das noites em que veio à minha casa durante a sua passagem por Carolina, no final de maio, o dr. Buell confessou que viera ao Brasil com a missão de contrariar a imagem revelada naquele retrato. Como um desafio e uma aposta que fizera consigo mesmo. Havia sido traído pelo intruso e sua câmera. Não podia admitir que aquela fosse a sua imagem mais verdadeira: a expressão de espanto diante do desconhecido. Havia sido pego de surpresa pelo fotógrafo, antes de poder dizer qualquer coisa. E embora depois tenham se tornado amigos, por muito tempo o estranho não conseguiria tirar outra foto dele. Até irromper um dia em seu apartamento, sem avisar, decidido a fotografá-lo de qualquer jeito, depois de ter sabido que ele estava de partida para o Brasil. Queria uma lembrança do amigo antes de embarcar para a selva da América do Sul. Eu só sei que esse estranho era você. (Carvalho, 2006, p.104-105, fonte itálica do autor).

Essa diferenciação de fontes regulares à itálica é realizada nove vezes, podendo ser relacionada à quantidade de noites em que o enunciador Manoel Perna afirma ouvir os relatos do etnólogo Buell Quain. Assim, essas nove ocorrências, a partir de nove noites, compactuam com a significação do título da obra. Entretanto, para além da possível relação de significação com o título, considerando as citações destacadas em itálico e a necessidade de diferenciação gráfica do texto, é possível reconhecer a constituição da heterogeneidade das posições enunciativas, ao se

entender que todo sujeito enuncia a partir de uma relação posicionada com o interdiscurso. Logo, por mais fragmentada que a obra se manifesta – trazendo elementos ficcionais e o discurso histórico que é balizado a partir de documentos importantes; apresentando formulações de enunciados de Buell Quain e dos demais personagens presentes no romance, via enunciação e, até mesmo, a partir de uma diferenciação na materialização da escrita – tal heterogeneidade discursiva é organizada pelo efeito de autoria presente, sendo uma instância do dizer, assumida para costurar sobre a obra um efeito de unidade e totalidade.

Por meio do destaque dessa relação do sujeito com o interdiscurso, é possível de ser compreendida a ideia de que a memória e o esquecimento discursivo são moldados e atravessados por discursos anteriores e pelas posições-sujeito distintas, assumidas ao enunciar. Já o corpo e a memória, sob uma relação importante, são continuamente moldados pelas formações discursivas existentes.

Nesse prisma, para os Estudos Literários e, até mesmo, para a crítica literária, tal heterogeneidade enunciativa poderá ser compreendida, como um deslocamento da autoridade narrativa no romance contemporâneo. De acordo com Adorno (2003), ao mencionar a crise das “grandes narrativas”, o narrador contemporâneo passa a ser parte da formulação ficcional, observando ou participando da cena enunciativa, não mais apenas como figura onisciente. Assim, tais estratégias em *Nove Noites* são consideradas técnicas narrativas, que buscam capturar a complexidade e a multiplicidade da experiência humana, por meio da primeira pessoa (eu):

Desde então **eu** o esperei, seja **você** quem for. Sabia que viria em busca do que era seu, a carta que ele lhe escrevera antes de se matar e que, por segurança, **me desculpe, guardei comigo**, desconfiado, já que não podia compreender o que ali estava escrito — embora suspeitasse — nem correr o risco de pedir ao professor Pessoa que me traduzisse aquelas linhas. (Carvalho, 2006, p. 10, grifos nossos)

Sendo assim, a partir do contar ou do não contar o que se sabe, o locutor se manifesta através de diferentes enunciadore e estabelece uma relação de poder com o outro que recebe o que é dito, contando ou omitindo, à maneira como acha pertinente. Isso faz com que o fluxo da narrativa seja moldado a partir das convocações desse leitor e da manifestação intimista de um diálogo entre pronomes pessoais e possessivos em 1ª e 3ª pessoas.

3.5 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM NOVE NOITES.

Ao falarmos de memória discursiva, não buscamos tratar de uma memória psicologista, muitas vezes aderida pelas críticas literárias, como mencionado em Candido (2009):

[...] o grande arsenal do romancista é a memória, de onde extrai os elementos da invenção, e isto confere acentuada ambiguidade às personagens, pois elas não correspondem a pessoas vivas, mas nascem delas. Cada escritor possui suas “fixações da memória” que preponderam nos elementos transpostos da vida. (Candido, 2009, p. 66-67).

Ao falar sobre a memória, Candido (2009) não se refere à memória discursiva, mas sim a um efeito de memória individual e psicológica do escritor, que gera lembranças e se baseia em pessoas vivas para constituir seus personagens. Em termos discursivos, este “grande arsenal” pode ser compreendido como arquivo, representado por Pêcheux (1982) como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. O mesmo campo do qual se constrói o gesto de leitura, a partir da organização destes documentos em questão.

Seguindo essa linha de compreensão dos “elementos de invenção” extraídos deste arquivo, pensando determinados corpos de personagens, frequentemente passamos por um processo imaginário de aproximação ou distanciamento, comparando-os ou assujeitando-os às semelhanças reconhecidas em diversas referências. Contudo, se em vez de buscar semelhanças entre essas referências e personagens, considerássemos a memória discursiva que esses corpos evocam, por estarem inseridos em formatos ou posições-sujeito semelhantes às nossas, talvez o conceito de corpo assumisse outros sentidos.

Nesse panorama, ao retomarmos à noção de *esquecimento número 1* (apresentada anteriormente) e tomarmos alguns dos relatos do enunciador amigo de Buell Quain:

Só eu guardo a memória dele. Mas naquele dia **nem eu** nem ninguém podíamos imaginar o que recebíamos. Veio com um chapéu branco, como se fosse o capitão de um navio, camisa branca, bombachas e botas. **Nem eu** nem ninguém podíamos ver nada por trás da elegância tão altiva e imprópria para o lugar e a ocasião, ainda mais para quem agora olha retrospectivamente. (Carvalho, 2006, p. 07, grifos nossos)

Percebemos que a repetição do pronome pessoal “eu” sugere uma autoridade ou total controle sobre a memória apresentada, criando a ilusão de saber o que se está enunciando. Entretanto, em outros trechos de análise, o próprio enunciador incide em contradições, manifestando a imprevisibilidade em imaginar as causas e memórias implicadas em relação ao personagem em questão: Buell Quain. Além disso, tal recorte deixa ainda mais explícita a consideração de Pêcheux (1975) em relação à língua, na qual nos leva a acreditar que sabemos mais do que realmente sabemos, devido às implicações postas no sistema discursivo.

Ainda a partir de outros recortes do enunciador Manoel Perna, é possível analisarmos agora o *esquecimento número 2* em seu funcionamento:

Que o antropólogo americano Buell Quain, meu amigo, **morreu** na noite de 2 de agosto de 1939, aos vinte e sete anos. Que se **matou** sem explicações aparentes, num ato intempestivo e de uma violência assustadora. [...] Que o **suicídio** pegou todo mundo de surpresa [...] nada me entristeceu tanto quanto o **fim** do meu amigo, cuja memória decidi honrar (Carvalho, 2006, p. 06-08, grifos nossos)

Nesse excerto, o suicídio de seu amigo, contado através de Manoel Perna, não apenas se repete como uma relação de paráfrase linguística: “morreu”, “se matou”, “suicídio” e “fim”, como também na narrativa literária, dado que aconteceu uma vez, mas é narrado diversas vezes ao longo da obra. No entanto, a maneira como esse suicídio se altera na inscrição simbólica é revisitada diversas vezes sob uma “relação sinonímica”, que, na verdade, não se efetiva, a não ser como efeito ideológico, por transparecer algo implícito, destacando-se nos trechos: “nada me entristeceu tanto quanto o fim do meu amigo, cuja memória decidi honrar” (Carvalho, 2006, p. 08). Assim, entende-se as relações de poder daquele que detém e rememora o legado de Buell e os acontecimentos que buscam estabelecer uma intimidade com o protagonista.

Ao analisarmos o romance sob uma larga escala, as palavras “suicídio”, “morte” e suas demais variações são deslocadas algumas vezes. Abaixo, é possível reconhecermos uma diferença evidente na quantidade de ocorrências:

Tabela 1 - Incidência de palavras

Palavra	Frequência
Morte	90
Morto	27
Suicídio	47
Suicida	05

Fonte: elaborada pelos autores

Os dados presentes na tabela foram retirados a partir de uma análise da obra em seu formato digital, por meio da ferramenta de pesquisa de palavras que nos faz chegar ao seguinte resultado: um alto índice de repetições da palavra “morte” e um menor índice de repetições da palavra “suicídio”. Mesmo não sendo o foco principal deste trabalho, tal hipótese nos faz refletir sobre como o romance age através de repetições. Nessa análise, ao perceber a utilização de uma palavra em detrimento de outra, compreendemos o peso de significações que uma palavra carrega e a memória discursiva que por ela perpassa.

Sendo assim, mesmo se tratando de um romance cujo ato de suicídio seja o principal marco para a trama, a presente palavra é deslocada, sob uma tentativa de ser suavizada, o que causa uma amenização do sentido, por se evitar o uso efetivo da palavra que referencia sofrimento e mistérios. Entretanto, é válido ressaltar que sobre a contagem acima, cada caso/uso pode trabalhar a palavra a partir de uma relação diferente de sentido.

Outro termo muito recorrente na obra é o “silêncio”, manifestando-se diversas vezes, principalmente como promessa ou em respeito à memória do personagem Buell Quain, procurando enfatizar uma posição de sujeito que sabe os motivos os quais o levaram ao suicídio, mas que prefere se manter em silêncio. Essa escolha pelo silêncio pode ser considerada apenas um recurso discursivo, pois o sujeito, ao acreditar que permanece em silêncio, acaba por enunciar em nome do amigo falecido, tentando explicá-lo, colocando-o em confronto com os sentidos prévios do leitor:

Tendo presenciado os poucos momentos em que não conseguiu se conter, eu sabia, e **o meu silêncio era para ele a prova da minha amizade**. Assim são os homens. Ou você acha que quando nos olhamos não reconhecemos no próximo o que em nós mesmos tentamos esconder? (Carvalho, 2006, p. 08, grifos nossos)

Assim, o enunciador Manoel Perna se esquece de que, ao dizer em nome de alguém ou ao tentar permanecer em silêncio, corrobora um silenciamento daquele que está sendo enunciado, pois se torna impossível enunciar de forma neutra por/para outra pessoa, com o risco de incidir no erro da universalização da enunciação, por não se questionar: “é possível enunciar pelo/em nome do outro?”. Para essa pergunta, não apresentaremos respostas, mas deixaremos aqui como encaminhamento deste capítulo que o suicídio se manifesta como um apagamento do sujeito, um corpo que faz falta para poder enunciar, e, quando esse corpo falta, é em sua maioria “representado” por enunciações outras, que tentam trazer a sua perspectiva, mas que, por fim, reforçam ainda mais esse silenciamento discursivo do personagem. Dessa forma, ainda que certa ordem da morte/do suicídio não possa ser representada, a própria língua faz com que algo seja dito ou não dito.

A partir dessa discussão, percebemos que o silenciamento do personagem não é interpretado como sua ausência de voz, mas sim como resultado do processo e de como as enunciações são organizadas na obra. Isso pode ser entendido, já que, ao discutirmos a palavra “suicídio”, é possível evocar previamente memórias discursivas que são perpassadas pela história e que presumem uma relação sinonímica entre “suicídio” e “silêncio”¹⁶. Por mais que não seja o foco deste trabalho discutir as causas que levaram a esse suicídio, acreditamos ser pertinente problematizar as diversas ocasiões que fizeram o protagonista Buell Quain permanecer nesse silenciamento.

Mal falava a língua, e não entendia as relações de parentesco e a organização social da aldeia. [...] O fato é que no começo **Quain achou os Trumai "chatos e sujos"** ("Essa gente está entediada e não sabe"), o contrário dos nativos com quem convivera em Fiji [...] Julgava os Trumai por oposição a sua única outra experiência de campo: "Dormem cerca de onze horas por noite (um sono atormentado pelo medo) e duas horas por dia. Não têm nada mais importante a fazer além de me vigiar. Uma criança de oito ou nove anos parece já saber tudo o que precisa na vida. Os adultos são irrefreáveis nos seus pedidos. (Carvalho, 2006, p. 47, grifos nossos)

Nesse trecho, é possível ver não uma transcrição direta do que Buell Quain possivelmente poderia ter relatado, a partir de sua experiência com os Trumai, mas

¹⁶ É importante ressaltar, que não necessariamente o silêncio significa apagamento, já que ele também é constitutivo e formador do discurso (Orlandi, 1995).

sim uma visão elaborada pelo enunciador jornalista, sobre a experiência do etnólogo. Nesse contexto, tal ato corrobora a reprodução de silenciamentos, presumindo de forma imaginária a possível relação de Quain com a língua, com as relações de parentesco e com a cultura. Sob esse prisma, o modo hostil como o enunciador apresenta a relação de Buell com os indígenas, faz-nos acreditar em uma desconexão social entre o protagonista e os povos Trumai, e essa desconexão não apenas se complementa, como também se intensifica:

Não gosto deles. Não há nenhuma cerimônia em relação ao contato físico e, assim, passo por desagradável ao evitar ser acariciado. **Não gosto de ser besuntado com pintura corporal. Se essas pessoas fossem bonitas, não me incomodaria tanto, mas são as mais feias do Coliseu**". O etnólogo comparava os mirrados Trumai aos homens musculosos de Fiji, que ele havia retratado em seus desenhos e fotografias. Ainda na carta a Benedict, ele diz: **"Minha doença me deixa especialmente angustiado e inseguro em relação ao futuro"**, sem especificar do que está falando. (Carvalho, 2006, p. 48, grifos nossos)

Diferente da citação anterior, esse recorte manifesta um discurso direto de Buell Quain sobre os indígenas, considerando um distanciamento físico entre etnólogo e os povos. Buell relata não gostar de ser besuntado com a pintura corporal, traço fortemente cultural para os povos indígenas. Além disso, o protagonista manifesta sua opinião sobre a estética dos habitantes da aldeia, como "as mais feias do Coliseu", julgamento esse que degrada ainda mais a visão do etnólogo em relação aos indígenas. A partir disso, vemos que esse distanciamento, não só físico, como também social e cultural, reforça um isolamento de Quain, ou o silenciamento, o que pode ser visto como um obstáculo para a integração social do personagem. Nesse sentido, ao associarmos esses comportamentos e a desconexão com a sociedade, somos interpelados por teorias sobre o suicídio que nos ajudam a analisar a obra, tal como a de Durkheim.

Ao longo do livro *O suicídio* (1897), o cientista social Émile Durkheim é um dos primeiros a se dedicar aos estudos sobre o suicídio, analisando-o de uma forma totalmente sociológica. A partir disso, o autor percorre diversos caminhos e ramificações, considerando o suicídio não apenas um acontecimento único, mas social, que pode possuir classificações e particularidades. Nesse contexto, Durkheim (1897) desenvolve o conceito de "suicídio egoísta" classificando-o como o tipo de suicídio em que o indivíduo se sente desligado ou desconectado das relações sociais e da sociedade. Sob essa análise, somos provocados a entender a estranheza e a

incompreensão linguística e social de Buell Quain como partes superficiais de toda sua desconexão social com os povos Trumai.

A partir das citações e recortes acima, é possível perceber em Buell Quain um distanciamento excessivo, a ausência de laços sociais, baixa coesão social e outras taxas variáveis que podem o ter levado a esse acontecimento. Entretanto, mesmo não sendo o real motivo que talvez tenha levado o personagem ao suicídio, os discursos ali implicados, ou a construção dos diferentes enunciadores, organizados pela função autor, transmite a possibilidade de uma interpretação literária e social de que os preconceitos culturais carregados com ele e sua mentalidade ocidental fazem com que seja estabelecida uma relação de poder não só intelectual – daquele que estuda um povo e o analisa de fora –, como também corporal.

A maneira hostil como Buell analisa os indígenas na obra faz com que o seu corpo seja diferenciado daqueles em questão. Além disso, o protagonista estabelece também uma hierarquia ao comparar “os mirrados Trumai aos homens musculosos de Fiji”, anteriormente analisados por ele, povos esses pertencentes à Oceania, diferenciados por uma questão social e geográfica. De um lado povos latinos, de outro povos oceânicos, que, ao serem comparados entre si, carregam efeitos de memórias e um conjunto de pré-estabelecido em relação aos corpos. Entretanto, para um melhor aprofundamento nas problematizações sobre as construções de corpo(s), analisaremos nos tópicos subsequentes.

3.6 CONSTRUÇÕES DE CORPOS E PERSONAGENS EM NOVE NOITES

Conforme apresentado em um dos tópicos do capítulo 2 deste texto, é possível retomarmos o conceito de corpo e compreender que “corpo e discurso se formam conjuntamente. É nessa conjunção que o sujeito vai se situar, procurando dar forma e sentido ao corpo, o qual, por seu turno, responde dando estrutura material ao sujeito” (Leandro-Ferreira, 2023, p. 36-37). Funciona como uma ideia de sustentação mútua entre o sujeito, o corpo, a linguagem e a história.

Sob essa análise, em um texto literário, a idealização ou descrição de um corpo acontece por meio dos personagens. Ao acessá-los, construímos identificações e tomamos conhecimento sobre suas descrições, estereótipos ou biotipos. Todavia, ao explorarmos somente uma análise social dos personagens, é possível construir relações não somente com o que presumimos de um corpo-personagem, como ainda

aquelas com os efeitos de memória causados por eles, e as posições-sujeito em que esses personagens podem estar identificados, pelas quais podem ser manifestadas, comparadas e identificadas com posições assumidas, enquanto sujeitos leitores ou espectadores. Assim, conseguimos perceber que a memória está intrinsicamente relacionada ao corpo.

Ao nos debruçarmos sobre o texto literário em *Nove Noites*, é possível nos depararmos com corpos-personagens e seus efeitos de sentido por meio da *memória* e do *esquecimento*, até mesmo sentidos do *lembrar* e do *esquecer*, narrando a vida e a morte do personagem, atuando a partir dessa relação com a memória, que, ao recortá-la, traz-se um “corpo” junto a ela. Isso, pois a enunciação sempre evoca um corpo. Assim, analisaremos, a partir do excerto, o funcionamento de uma posição-personagem, “o americano”

O Quain também não era especialmente amigo do Wagley. Eu acho. Foram contemporâneos. Sendo ambos alunos de Columbia, eram necessariamente solidários. Todos eles eram alunos de Franz Boas, o que dava um traço de personalidade. O Boas distinguia os bons alunos. Ele era o orientador da pesquisa antropológica feita no Brasil pelos americanos. O Wagley era da minha idade. Estivemos sempre juntos. [...] **Em Cuiabá, para espanto de Castro Faria, o jovem etnólogo americano ajudou a descarregar um caminhão com a bagagem de Lévi-Strauss, o que apenas reforçou na cabeça do brasileiro a ideia de que Buell Quain tinha "a preocupação constante de demonstrar que não era ninguém, como se fosse só um serviçal"** (Carvalho, 2006, p. 22-25, grifos nossos).

É possível reconhecer na citação que a ação do personagem Buell Quain de descarregar um caminhão (uma ação árdua, em seu sentido físico) não só causou espanto, como “reforçou na cabeça do brasileiro a ideia de que Buell Quain tinha ‘a preocupação constante de demonstrar que não era ninguém, como se fosse só um serviçal’”. Assim, o que se era esperado do corpo de Buell Quain era ser um “alguém”, um etnólogo americano que esteve no Brasil para realizar seus estudos etnológicos sobre os indígenas. Nesse sentido, para este tipo de corpo, o estimado não era realizar atividades físicas como essa de um “serviçal”, mas sim atividades condizentes com o corpo de um intelectual americano branco.

Sob essa perspectiva, ao realizar essa ação e tentar ser reconhecido como um “ninguém”, torna-se possível identificar o imaginário que elabora efeitos de um corpo “serviçal” que realiza essas ações, sendo um sujeito invisibilizado socialmente. Além das posições-sujeito distintas, que reforçam um imaginário colonial que não se rompe, é possível reconhecermos no trecho o uso do termo “americano” como um

contraste discursivo de “brasileiro”. Essa a enunciação é resultado de todo processo desse imaginário colonial o qual cria uma instância que distancia posições, como se apenas o sujeito etnólogo fosse um corpo pertencente à América (lida na obra como única), já os brasileiros, não, reforçando o conceito de latinidade, muito presente nos estudos de Mignolo (2003). Tal posição de “brasileiro” como um não-americano (título passível apenas para o antropólogo estadunidense), leva à concepção de uma posição de outridade, mais próxima à posição de “serviçal” ou “ninguém” do que de “americano” ou “etnólogo”.

Nesse aspecto, esse corpo aqui discutido deve ser considerado não em seu sentido orgânico, como um composto biológico, mas a partir de seus enunciados sob uma relação entre língua e corpo. Com isso, Morrison (2019), em um de seus ensaios, aponta como esse processo de “outremização” é realizado e o reconhecimento do sujeito-outro é constituído a partir de uma posição subalterna. Assim, essa posição subalterna de “brasileiro” é ainda mais reforçada, quando somente o etnólogo Buell Quain recebe o título de “americano”, em um caráter de exclusividade.

A partir disso, e para além das teorias decoloniais, faz-se importante enfatizar aqui a proposta de se pensar o corpo, por meio das relações opressoras de poder estabelecidas pelo Estado, de Althusser (2022), e um corpo discursivo, moldado pelas diferentes condições sociais e históricas. Para Eni Orlandi,

[...] o corpo significa. Em outras palavras, a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito. E vice-versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo. Por isso nos interrogamos: como juntar corpo, sujeito, sentido, pensando a questão da materialidade discursiva? (Orlandi, 2012, p. 83)

Sob essa inquietação, procuramos pensar em como esses corpos na obra significam, em especial o do protagonista Buell Quain, que é trazido ou apresentado a partir do interdiscurso:

Que o antropólogo americano Buell Quain, meu amigo, morreu na noite de 2 de agosto de 1939, aos vinte e sete anos. **Que** se matou sem explicações aparentes, num ato intempestivo e de uma violência assustadora. **Que** se maltratou, a despeito das súplicas dos dois índios **que** o acompanhavam na sua última jornada de volta da aldeia para Carolina e **que** fugiram apavorados diante do horror e do sangue. **Que** se cortou e se enforcou. **Que** deixou cartas impressionantes mas **que** nada explicam. **Que** foi chamado de infeliz e treloucado em relatos **que** eu mesmo tive a infelicidade de ajudar a redigir para evitar o inquérito. Passei anos à sua espera, seja você quem for, contando apenas com o **que** eu sabia e mais ninguém, mas já não posso

contar com a sorte e deixar desaparecer comigo o **que** confiei à memória. [...] Vão lhe dizer que tudo foi muito abrupto e inesperado. **Que** o suicídio pegou todo mundo de surpresa. Vão lhe dizer muitas coisas. Sei o **que** espera de mim. E o **que** deve estar pensando. Mas não me peça o **que** nunca me deram, o preto no branco, a hora certa. Terá **que** contar apenas com o imponderável e a precariedade do **que** agora lhe conto, assim como tive de contar com o relato dos índios e a incerteza das traduções do professor Pessoa. As histórias dependem antes de tudo da confiança de quem as ouve, e da capacidade de interpretá-las. (Carvalho, 2006 p. 06-07, grifos nossos).

O uso enfático da partícula *que* destaca o protagonista Buell Quain, relacionando imediatamente à sua condição de corpo morto, envolvido pelo evento do suicídio, como uma espécie de informação já sabida pelos leitores, como uma ideia acumulada e reafirmada. Nesse panorama, o enunciador Manoel Perna, faz o uso da partícula *que* não somente como um elemento coesivo para atribuir clareza, mas para reforçar na narrativa sucessivos sofrimentos psicológicos e físicos tidos pelo protagonista. Assim, essa partícula é acompanhada de ações hostis, como “se maltratou”, “se cortou” e “se matou”, como algo já conhecido e não somente introdutório. Além disso, nesse escrito intitulado como um “testamento”, o sertanejo (como assim se autoneomeia) afirma construir sua posição de discurso e trazer o corpo de Quain a partir de outros discursos, em especial os relatos dos índios e as traduções de outro personagem: professor Pessoa.

O termo “tradução” ou “traduções” também aparecem em caráter de repetição ao longo da narrativa:

Terá que contar apenas com o imponderável e a precariedade do que agora lhe conto, assim como tive de contar com o relato dos índios e a incerteza das **traduções** do professor Pessoa [...] não guardo rancor de ninguém, muito menos do dr. Buell, meu amigo, a despeito de tudo o que possa ter pensado ou escrito e a que só tive acesso pela **incerteza das traduções** do professor Pessoa a procurar nos papéis do morto uma explicação que eu mesmo fiz o que pude para esconder. [...] Saída casa sem teto ao cair da tarde, quando uma nuvem de morcegos também saiu do tronco oco de uma mangueira e se canalizou pelas ruas, numa enxurrada, em vôo rasante e cego, a ignorar bicicletas e pedestres, que também os ignoravam naquela cidade morta, como ele a descreveu, se formos confiar nas **traduções** do professor Pessoa (Carvalho, 2006 p. 07-09, grifos nossos).

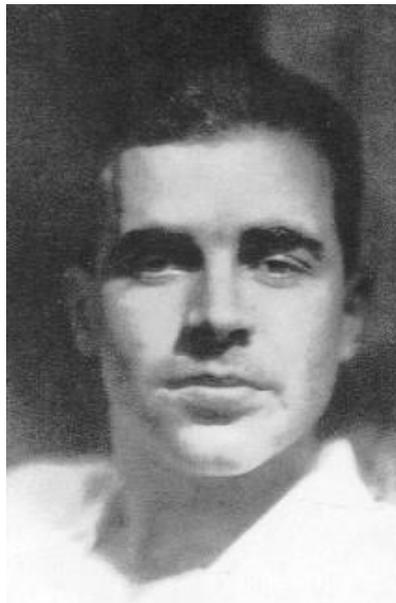
A partir do instrumental da AD, compreendemos um efeito de sentido produzido a partir de um texto traduzido, pois, ao traduzirmos um texto “original”, não necessariamente são impressos os mesmos sentidos e condições de produção de um determinado texto, com um sentido de primazia do discurso “original”, esquecendo-se de que qualquer trabalho de tradução é afetado por formações discursivas e interdiscursos de quem as constitui.

Com isso, o corpo de Buell nos é apresentado pelo enunciador número 1 (Manoel Perna) em trechos anteriores, a partir de incertezas e de dúvidas, mas que, depois, em uma tentativa de serem sanadas pelo enunciador jornalista, são apresentadas fotografias, atribuindo, assim, um sentido histórico-jornalístico. Então, passa-se a funcionar, a partir de uma determinada posição de sujeito, de um suposto saber na formação discursiva jornalística aqui parodiada, mas que busca agir também como materialização da memória:

Imagem 1- Foto Buell Quain



Imagem 2 - Foto Buell Quain



Fotografias retiradas do livro original, em sua versão digital (Carvalho, 2006, p. 23).

Entretanto, ao tentar materializar a memória de Buell Quain, por meio de fotografias, o enunciador jornalista se esquece de que as lentes e os enquadramentos fotográficos são capazes apenas de recortar uma imagem que, em determinado uso, produz efeitos de sentido a partir do recorte de um memorável/memória, não a capturando por completo, pois “[...] entre a reprodução de um acontecimento e a função social de instituição-reinstituição do tecido social atribuída à memória, há toda a distância que separa a ‘realidade’ do ‘fato de significação’” (Orlandi, 2012, p. 60). Nesse sentido, o efeito de memória irá depender do trabalho de leitura realizado, gerando-nos ainda mais dúvidas, fazendo-nos acreditar que não somente a linguagem verbal é escorregadia e ambígua, como também a não verbal atrelada à imagem. Assim, “a imagem se abre para a interpretação a partir das determinações históricas em que as formulações visuais se produzem e circulam. A memória discursiva intervém sobre a formulação visual nesse jogo de remissão do intra ao interdiscurso” (Lagazzi, 2021, p. 5893).

A partir das tentativas de materialização ou descrição do corpo de Buell Quain, algumas diferenças são colocadas, a começar pelas vestimentas, a “elegância tão altiva” e imprópria, ao chegar ao Brasil:

Só eu guardo a memória dele. Mas naquele dia nem eu nem ninguém podíamos imaginar o que recebíamos. Veio com um chapéu branco, **como se fosse o capitão** de um navio, camisa branca, bombachas e botas. Nem eu nem ninguém podíamos ver nada por trás da elegância tão altiva e **imprópria para o lugar** e a ocasião, ainda mais para quem agora olha retrospectivamente (Carvalho, 2006, p. 7, grifos nossos).

Ao definir a elegância de Buell, como “imprópria para o lugar”, o enunciador Manoel Perna o direciona a uma posição intrusa àquele meio, como alguém desconexo ao estilo, por se tratar de roupas tão impróprias para um ambiente florestal e tropical. Logo, o corpo de Buell é discursivizado como um corpo distinto, sobretudo “capitão”, um corpo superior aos demais, tidos como subalternos presentes ali. Em contraposição ao imaginário de corpo-imagem constituído no enunciado, como um corpo branco e superior, o enunciador amigo traz no recorte abaixo, características do corpo morto de Buell, como tentativa de uma repugnância visual, opondo-se à estética

anterior colocada e atribuindo ao corpo do protagonista “elegante”, “altivo”, “capitão” uma mínima condição de sofrimento:

E hoje, ao lembrar das palavras do dr. Buell, só me vem à cabeça a **imagem do seu corpo enforcado, cortado** com gilete no pescoço e nos braços, **coberto de sangue, pendurado sobre uma poça de sangue**, que foi como os índios o encontraram e o descreveram ao chegarem à minha casa (Carvalho, 2006, p. 50, grifos nossos).

Assim, essa cadeia enunciativa: “corpo enforcado”, “cortado” e “pendurado”, contrapõe a imagem “altiva”, “elegante”, “chapéu branco” e “camisa branca” anteriormente mencionada. Assim, ao levarmos em consideração essa contraposição, podemos denotar que o corpo vivo de Buell, quando descrito, é apresentado de forma elevada, elegante (mesmo o sentido da palavra elegante ser deslocado para uma ironia, devido ao local inapropriado). Ainda assim, é possível reconhecer uma preocupação lexical e estética de adjetivos que são direcionados a ele em vida, distanciando, posteriormente, da imagem de horror elaborada pelo/para seu corpo morto, com adjetivos e caracterizações hostis sobre sua morte.

Além do corpo morto, há também as considerações a respeito dos corpos indígenas, materializados como:

Na mesma carta, encontrada entre seus pertences levados pelos Krahô para Carolina, Quain reclamava das dificuldades de trabalhar com os índios no Brasil: **“Acredito que isso possa ser atribuído à natureza indisciplinada e invertebrada da própria cultura brasileira. Meus índios** estão habituados a lidar com o tipo degenerado de brasileiro rural que se estabeleceu nesta vizinhança — **é terra marginal e a escória do Brasil** vive dela. **Tanto os brasileiros como os índios que tenho visto são crianças mimadas** que berram se não obtêm o que desejam e nunca mantêm as suas promessas, uma vez que você lhes dá as costas. (Carvalho, 2006, p. 89, grifos nossos)

Conforme visto no excerto e nos outros recortes anteriores, em diferentes enunciações os indígenas são descritos como “feios”, “mimados”, “indisciplinados” e “invertebrados”, posições essas que partem somente dos olhares de Buell e de enunciadores outros que tomam seu discurso para si e o reproduzem socialmente. Assim, ao nos depararmos com diversos adjetivos negativos, em especial “indisciplinados” e “invertebrados”, é possível resgatar efeitos de memória constituídos de um corpo indígena no Brasil, tal como descrita por Quain: “Encontrei um grupo de índios krahô e eles parecem pavorosamente obtusos. Têm cortes de cabelo engraçados, furam as orelhas e continuam sem usar roupas nas cidades [...]”

(Carvalho, 2006, p. 26). Essa minimização do ser leva ao conceito de enquadramentos sociais da filósofa estadunidense Judith Butler.

Segundo Butler (2015), ao mencionar os corpos e as violências que os fazem ocupar uma posição de abjeção, é possível compreender que constantemente esses corpos são interpelados pelas distintas violências, vidas são precarizadas, mas nem todas elas são passíveis de luto. Na obra de Bernardo Carvalho, a temática principal pode ser problematizada à luz dessa ideia de Butler (2015), pois, ao recuperarmos tais corpos indígenas violentados simbolicamente pelo olhar branco superior, que adjetiva de maneira deturpada não somente o corpo e a aparência, mas a cultura desses povos, é possível ver diferença na ordem da comoção social atribuída ao corpo do protagonista branco Buell Quain. Isso, porque a mesma instância não é atribuída aos corpos indígenas, como no caso do assassinado de Luís Balbino:

Quando visitei os Krahô, em agosto de 2001, ele me contou a sua versão da história (não havia conhecido Quain, pois estava trabalhando para os brancos, no Pará, durante os meses que o americano passou na aldeia). Mulheres foram trucidadas com crianças ao peito. Ao serem atacados, o chefe Luís Balbino ainda pediu para falar com os fazendeiros, mas foi assassinado pelos agressores, que pilharam a aldeia, levando também os objetos dados por Quain (Carvalho, 2006, p. 65).

Na maneira como descreve o assassinato, o enunciador jornalista apresenta um efeito de conformismo ou costume com a situação, não apresentando certas descrições detalhadas ou o impacto que a morte de Luís Balbino poderia trazer para a comunidade. Isso nos faz refletir sobre a ideia de Butler (2015) sobre quais vidas são ou não passíveis de luto.

Ainda sob uma relação hierárquica de poder entre o branco e os indígenas, em conversa com Buell Quain, o enunciador número 1 (Manoel Perna) apresenta mais construções que buscam caracterizar e compreender os indígenas sob a ótica do etnólogo:

[...] os Trumai, apesar de estarem em vias de extinção, continuavam fazendo abortos e matando recém-nascidos. E que, talvez sem saber, estivessem cometendo um suicídio coletivo, vivendo um processo coletivo de autodestruição, já que, ao contrário de outras tribos, **não tinham quase nenhum contato com os brancos**, não conheciam nada além dos rios Coliseu e Culuene, e não sofriam nenhum processo de aculturação, embora fossem subjugados pelos Kamayurá e em parte assumissem a cultura deles (Carvalho, 2006, p. 50, grifos nossos).

Considerando o trecho grifado e a partir dos relatos de Quain, percebemos que, para ele, a degradação dos indígenas e os seus extermínios eram um resultado do não contato com os brancos, como se corpos brancos fossem a marca da segurança e a sustentação para os povos indígenas. Nesse prisma, ao realizar algumas dessas considerações, vimos que os enunciadores em jogo na obra realizam um “enquadramento seletivo e diferenciado da violência”, segundo Butler (2015, p. 13). No entanto, a análise em discussão no momento não é sobre qual corpo sofre mais ou possa ser mais suscetível às diferentes violências materiais, estruturais, físicas ou simbólicas, mas sim, dentre esses corpos que sofrem tais violações, quais são passíveis de luto e comoção social? Para essa pergunta, deixamos uma explicação sobre a ontologia do corpo, importante para o esclarecimento da visão adotada nesta dissertação:

[...] o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade - incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo —, que tornam a subsistência e a prosperidade dos corpos possíveis. A concepção mais ou menos existencial da "precariedade" está, assim, ligada à noção mais especificamente política de "condição precária". É a alocação diferencial da condição precária que, na minha opinião, constitui o ponto de partida tanto para repensar a ontologia corporal [...] A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. (Butler, 2015, p. 16)

Assim, para que o corpo de Buell Quain fosse discursivizado, descrito, rememorado ou enlutado na obra, precisou-se, antes, que tal corpo enfrentasse normas que o constituíssem como uma vida passível de ser vivida, diferente dos corpos indígenas e dos demais brasileiros descritos em outros trechos. Sendo assim, o funcionamento enunciativo busca reconstituir uma memória sobre Buell Quain a partir de discursos indiretos, descrições e fotografias, buscando trazer uma construção de corpo junto a ela. Contudo, por mais fiéis às suas descrições ou comparações ao corpo arquivo de Buell Quain, “sempre há a incompletude, a falha, o possível. E os sentidos, como tenho repetido, sempre podem ser outros” (Orlandi, 2017, p. 93).

Levando em consideração ainda as comparações entre as descrições do homem branco com a dos corpos indígenas, recuperamos um trecho anteriormente citado, para nos aprofundarmos um pouco mais:

Na mesma carta, encontrada entre seus pertences levados pelos Krahô para Carolina, Quain reclamava das dificuldades de trabalhar com os índios no

Brasil: "**Acredito que isso possa ser atribuído à natureza indisciplinada e invertebrada da própria cultura brasileira. Meus índios** estão habituados a lidar com o tipo degenerado de brasileiro rural que se estabeleceu nesta vizinhança — é **terra marginal e a escória do Brasil** vive dela. Tanto os brasileiros como os índios que tenho visto são crianças mimadas que berram se não obtêm o que desejam e nunca mantêm as suas promessas, uma vez que você lhes dá as costas. [...] **O clima é anárquico e nada agradável.** A sociedade parece ter se esgarçado. Minha dificuldade aqui pode ser atribuída em grande parte à influência brasileira. **O Brasil, por sua vez, sem dúvida absorveu muitas das marcas mais desagradáveis das culturas indígenas com as quais teve contato inicialmente** (Carvalho, 2006, p. 89, grifos nossos).

Nesse trecho, é possível balizar, nos adjetivos negativos, a partir das diversas críticas aos povos brasileiros, em especial aos indígenas, efeitos de sentido muito similares ao que Morrison (2019)¹⁷ irá propor como a noção de “estrangeiro”. No trecho, a maneira como o enunciador apresenta os próprios nativos brasileiros, coloca-os, aqui, em uma posição de estrangeiro dentro de sua própria nação, estrangeiro à universalidade imposta pelo colonialismo, como se a “natureza indisciplinada e invertebrada da própria cultura brasileira” vai contra a expectativa da cultura dominante do “americano” que espera um indivíduo que “[...] não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder [...]” (Grosfoguel, 2007, p. 64-65 *apud* Ballestrin, 2013, p. 104).

Além disso, Buell Quain, ao nomear os indígenas com a “escória” da sociedade, não os analisa em seu sentido acadêmico de pesquisador, problematizando a opressão sofrida por esses povos e a construção cultural desenvolvida, mas sim a partir de demarcações coloniais presentes, materializando os corpos indígenas e colocando-os como “corpos outros”, alhures ao corpo branco e colonizador presente na obra.

Tal corpo branco, ao afirmar as “marcas mais desagradáveis das culturas indígenas” e o “clima anárquico”, age como principal estigmatizador, pois, os mesmos efeitos de sentidos colocados pelo efeito enunciador em jogo no momento, também se dá de modo (in)consciente pela função de autoria, não fugindo de sua posição-

¹⁷ Dentro de perspectivas e estudos decoloniais, Toni Morrison (2019) discute, em um de seus ensaios, sobre o conceito de “americanidade”, baseando-se na força imigrante. Entretanto, tal discussão pode ser aproveitada quando atrelada ao corpo “brasileiro” visto como não pertencente à América: “Esses imigrantes que chegavam aos Estados Unidos entendiam que, se quisessem se tornar americanos ‘de verdade’, precisavam romper, ou pelo menos minimizar muito os vínculos com seu país natal, para assim abraçar sua brancura. A definição de ‘americanidade’, para muitos, (infelizmente) continua sendo a cor” (Morrison, 2019, p. 17).

autor, sendo um indivíduo branco, à margem de uma cultura indígena e que acaba por corresponder a uma hegemonia institucionalizada. Isso, porque, mesmo ao identificar-se a essa instância, para poder enunciar a partir dela, a autoria age como organizadora das diversas enunciações presentes na narrativa, partindo de posições-sujeito divergentes, tais como: “o branco europeu”; “o branco latino-americano”; “o subalterno ocidental”; ou, até mesmo, “o reprodutor hegemônico”. Nenhuma dessas representações acaba por enunciar e fundamentar teoricamente, “sem que se leve em conta o que enuncia; eu” (Genette, 2017, p. 288). Assim, mesmo se tratando de diferentes enunciações, todas compõem, de certa forma, um mesmo funcionamento enunciativo, pois não há rompimento com a estrutura simbólica posta, sobre um corpo branco que fala sobre corpos outros.

Nesses trechos, o enunciador Buell Quain, através de cartas, descreve a cultura brasileira e a etnia em discussão, como: “*invertibrada*” e “*indisciplinada*”. O estudioso enfatiza o uso do prefixo “in”, que gramaticalmente refere-se à privação ou à negação no sentido, mobilizando a “ausência de”. Com isso, o antropólogo atua sob os *esquecimentos discursivos*, esquecendo-se de que a “cultura indígena”, com as quais os brasileiros tiveram contato inicialmente, permite não somente que os brasileiros se constituam enquanto sujeitos pertencentes a uma cultura, quanto mais dão a possibilidade de o enunciador poder dizer e se fazer presente naquele território para descrevê-los e estigmatizá-los. Nesse contexto, Buell acredita que tais formas pejorativas de descrição atuam como primárias ao seu discurso, como uma primeira impressão original, mas se esquece de que sua visão sobre os povos originários é afetada por um discurso universalizado, que permeia os discursos desde o processo de colonização do país, não sendo um discurso seu, de sua posse.

Outro aspecto muito pertinente no trecho supracitado se dá pela organização sintática: “Meus índios estão habituados a lidar com o tipo degenerado de brasileiro rural que se estabeleceu nesta vizinhança” (Carvalho, 2006, p. 89). Nessa utilização do pronome possessivo “meus”, o enunciador transparece uma das relações de poder estabelecidas entre ele e os indígenas, que o auxiliam em seus estudos no Brasil. Essa organização é estabelecida pelo enunciador diferenciando “seus índios” (que acompanhavam sua jornada) dos demais descritos, como se aqueles que trabalhavam sob sua tutela eram seres superiores aos demais.

A partir desta problematização, é possível estabelecermos alguns paralelos entre a análise de discurso e a literatura, pois, além do olhar econômico e capitalista

dos integrantes da narrativa, há, por outro lado, um olhar amplo sobre a literatura brasileira construída também às sombras de um país colonizador. Nesse viés, a escolha desse texto literário como *corpus* atua também como efeito de esquecimento sobre outros textos que poderiam ser analisados, mas que foi priorizado por colocar em jogo algumas enunciações latino-americanas, sobretudo por nos fazer pensar sobre a autoria e, até mesmo, a enunciação de homens brancos, os quais constroem corpos outros, mas que, ao serem postos em jogo contrário, desestabilizam-se e problematizam os lugares de enunciação:

Os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento. Esses modos de dizer mobilizam as formas discursivas de um eu ou um nós, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições- -sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimento e as práticas discursivas de resistência (Zoppi-Fontana, 2002, p. 66).

Ao explicitar a noção de “lugares de enunciação” de Mônica Zoppi (2002), é possível se inquietar em: quais efeitos de memórias outros podem surtir neste movimento de realocação de posições e nos modos de enunciar e nomear os corpos (colonizador/ colonizado)?

Outro fator importante também apresentado com questionamentos é o papel da história para a ficção, mas especificamente para a história como constituição da memória que posteriormente foi colocada em conjunto com os esquecimentos discursivos. Essa é uma importante contribuição da AD, não só para analistas, mas também para historiadores e pesquisadores em geral, que buscam delimitar a história não como um aspecto cronológico e linear, mas sim como acontecimentos afetados por formações discursivas distintas. No caso do presente estudo, parte da análise de formações discursivas que afetam também uma obra literária e posições-sujeito distintamente possíveis, pois “[...] a história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas as relações com o poder (a política)” (Orlandi, 1990, p. 35).

Assim, a materialidade de corpo-personagem, que busca ser tratada de exemplo neste tópico, problematiza a proposta possivelmente estabelecida por

Antônio Candido (1965), em “A personagem da Ficção”, que parte da entidade estética do personagem e não de uma constituição material de um corpo sujeito, fruto principal da luta de classes, interpelado pela dominação econômica e intelectual capitalista. Ambos são atrelados em muitas teorias literárias e psicanalíticas como uma associação da descrição e da imagem, mas que não conseguem ser sustentadas apenas por essa afirmativa.

Além dessas relações de corpo, é possível reconhecer algumas contradições de sentidos estabelecidas pelos enunciadores, pois a exemplo do excerto, o antropólogo menciona que “o clima é anárquico e nada agradável. A sociedade parece ter se esgarçado” (Carvalho, 2006, p.89). Logo, o antropólogo, na posição de locutor e enunciador, utiliza do termo “anárquico” como representação de desordem, produzindo um estatuto de povo sem um governo, ou organização. Contudo, a partir da descrição de outro enunciador, aquele que buscava as memórias, décadas posteriores ao suicídio do antropólogo, os povos são descritos de outro modo, como aqueles que cultuam uma organização:

Além do núcleo familiar consanguíneo, os índios estabelecem entre si relações simbólicas de parentesco, que servem para organizar a sociedade, suas interdições e as obrigações de cada indivíduo. Nessas relações de “parentesco classificatório” se manifestam a lei e a lógica dessas sociedades. O parentesco passa a ser um código extremamente complexo, cujo principal objetivo é evitar o incesto em comunidades predominantemente endogâmicas e às vezes reduzidas a algumas dezenas de indivíduos (Carvalho, 2006, p. 47).

Dessa forma, o jogo de enunciações divide visões imaginárias distintas dentro da narrativa: de um lado a visão de um enunciador sobre um povo “anárquico”, “invertebrado” e “indisciplinado”; de outro, o mesmo povo apresentado por “organizações”, “obrigações individuais”, “parentesco”, “lei” e “lógica”. Tais opiniões divergentes atuam como um resultado ideológico e histórico de ambos, pois, ao descrevermos uma cultura outra, constantemente somos interpelados por ideologias postas, criando, assim, estigmas e estereótipos generalistas e até mentirosos. Esse é o atravessamento do discurso que segundo Pêcheux (2014 [1975]):

[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. [...] Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são construídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (Pêcheux, 2014 [1975], p. 82-84).

Dessa forma, vimos que a resistência de aculturação do personagem principal na obra *Nove Noites* acaba sendo materializada em seu discurso e seus enunciados, colocando-o em uma relação problemática com os povos à sua volta, o que ocasiona um deslocamento social e um isolamento cultural que podem ser lidos como umas das principais causas do seu posterior suicídio. Além disso, todos os trechos analisados anteriormente, referenciam um distanciamento do etnólogo não somente pelo impacto cultural, a partir de sua experiência com os indígenas, mas como forma de distanciamento e de demarcação de superioridade, observando-se um corpo soberano (etnólogo) em detrimento de corpos subalternos (indígenas).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho de análise da obra *Nove Noites*, de Bernardo Carvalho, é possível perceber a imensidão do campo enunciativo e ficcional criado nesse romance, sendo cabível de diferentes interpretações, mas principalmente de dispositivos de leitura serem reconhecidos em análise, como a memória, o esquecimento e o corpo na obra. Entretanto, propostas outras também são possíveis de serem lidas, a partir do jogo múltiplo de enunciações existentes, colocando em discussão a realidade e a ficcionalidade que são organizados a partir de um efeito de autoria.

Assim, o corpo morto do antropólogo Buell Quain circula e opera como um documento póstumo, materializado em cartas e resquícios sobre sua memória, atuando como a materialização da língua em funcionamento em seu período de vida. Nesse sentido, para a análise de discurso, o corpo discursivo age como pretexto principal para que outros discursos ficcionais sejam postos em jogo. Nesse sentido, Buell Quain é rememorado e recordado, não a partir da memória como reconstituição exata e imediata, mas de uma interpretação dos discursos. Logo, tais estratégias ficcionais se misturam com a suposta veracidade dos fatos, servindo de subsídio literário para a função autor.

Entretanto, durante o processo de enunciação de um corpo, como um corpo morto, a instância elaborada para enunciar por Buell Quain e pelo jornalista que busca estudá-lo se mesclam em uma só instância, por meio do efeito de unidade trazido pela autoria, o que faz com que diversas memórias discursivas sejam acionadas, a partir de conceitos pré-construídos de um corpo branco, de um corpo indígena em contraposição a ele, de um corpo abjeto, ou, até mesmo, uma relação hierárquica de corpos. Com isso, o romance nos oferece fotografias que nos possibilitam vislumbrar mais de um efeito de sentido possível, a depender da formação discursiva e de que lugar o gesto de leitura é feito.

Memória essa que pode ser pensada a partir da análise literária, mas que não deve ser limitada apenas a esse procedimento. Isso, pois, a partir de leituras tomadas como base bibliográficas deste trabalho, e, até mesmo, de explanações ao longo da dissertação, é possível compreender a importância da noção de memória não somente para a AD, mas para qualquer estudo que considere uma memória para além da psicologia, sob uma perspectiva discursiva. Ao consideramos a literatura um

campo de movimentação de discursos, tais memórias discursivas surgem como efeito de materialização dos sujeitos alocados em diferentes posições.

Além disso, as posições-sujeito dos enunciadores apresentados diferem-se, mas correspondem a um efeito de unidade, operado pela função de autoria, que unifica a enunciação como algo ímpar, sendo enunciada por um corpo branco em detrimento de outros sujeitos. Entretanto, se realocássemos os diferentes papéis sociais desempenhados por tais personagens e imaginássemos a construção do romance pautada pela ótica de Buell Quain, em 1ª pessoa, ainda assim teríamos ainda uma construção hegemônica.

A memória, na narrativa, é posta em discussão em sua relação aos seus esquecimentos discursivos imbricados, pois, ao memorar a vida e a morte de Buell Quain, a cena enunciativa, capaz de organizar as enunciações, sejam elas de primeira ou segunda instância, deslizam a partir dos esquecimentos discursivos, anteriormente explicitados. Desse modo, ao enunciar, é esquecida a posição sujeito daquele que rememora a “memória” de Buell, é esquecida a sujeição à língua para enunciar e todos seus fatores ideológicos envolvidos no processo. Com isso, o suicídio do personagem Buell Quain atua como movimentação nos pré-construídos, a partir de uma memória sobre o fim da vida premeditado. Ao citar o suicídio, é preciso fazê-lo não apenas com um fato social, mas como um processo de materialização do enunciado (a palavra), que cria uma relação de paráfrase com a palavra *morte*, como um retorno sinonímico; quando, na verdade, ao mencionarmos a palavra *suicídio*, não necessariamente retomamos os mesmos sentidos em um processo de leitura da palavra *morte*.

Ao mencionar a palavra *suicídio* somos constantemente interpelados por uma tensão social de horror, de condicionamento de um corpo ao sofrimento ou à interrupção dele; já a *morte* atua como uma resposta “eufêmica” do ato de romper-se com a vida. Assim, na narrativa, mesmo que em tentativa de sinonímia, a palavra *suicídio* é enunciada pela metade das vezes do que a palavra *morte*. Para a AD, esse aspecto quantitativo não é possível de ser mensurado, entretanto é possível deslocarmos para o campo das repetições, que podem agir como efeito de sintoma estilístico, buscando amenizar a enunciação de tal palavra, como algo velado.

Assim, ao ser velado, o corpo morto de Buell circula sob uma rede de silenciamentos que corroboram a posição de um ser que enuncia perante seu silenciamento, enunciando, assim, a partir de discursos e de elaborações linguísticas presentes, como a dos enunciadores outros (Manoel Perna, os indígenas, o jornalista).

Contudo, esse silenciamento é rompido, a partir da espetacularização do suicídio, como uma estratégia literária, que visa trazê-lo como um elemento narrativo, que condiciona seus leitores à descoberta. Esse recurso se dá a partir da retomada do discurso sobre a morte, pois, ao fazê-la, não atuamos sobre ele de forma neutra, tampouco conseguimos passar despercebido sobre o sentido. Dessa forma, a maneira de se posicionar em relação a uma memória regula os efeitos de sentido. Assim, a memória de Buell é reconstituída a partir da condição de morte e não de vida, ou seja, o que o constituiu como um corpo morto ou suicida, e não como um etnólogo em vida.

Tais posições e vozes assumidas pelas enunciações não se dão apenas como um fator importante para a análise de discurso materialista, como também pela posição do narrador contemporâneo, para os estudos literários. Essas posições, não apenas influenciam os aspectos textuais ficcionais, como também são resultado da relação econômica e ideológica do ato de narrar e de enunciar, que se transformam ao longo dos séculos. Assim, o enunciador passa a assumir uma posição que fala por todos, em várias vozes distintas, mas que, ao mesmo tempo, comunica de modo cada vez mais íntimo entre o “eu” e o “você”.

Nesse prisma, esses enunciadores interpelados, colocam-nos a pensar sobre as posições-sujeito colocadas e o assujeitamento delas. Essas posições só são possíveis de serem vistas a partir de um aparato teórico, antes visto somente pelos estudos materialistas de discurso, podendo ser ampliado, agora, aos Estudos Literários. Dessa forma, este trabalho leva em consideração que a forma prática do trabalho de análise de um discurso pode ser acrescentada e melhor lapidada quando pensada nas posições-sujeito postas e discutidas, suas relações com o espaço externo ao texto literário, suas relações com o corpo-personagem, o corpo-autor e o corpo-texto, que se configuram e evocam muitos outros corpos, que só são possíveis a partir das contribuições da análise de discurso materialista com os Estudos Literários.

Com isso, consideramos que o movimento de análise literária pode e deve partir cada vez mais de perspectivas outras que nos coloque em debates e nos faça repensar nossa posição crítica em relação à literatura presente, bem como as situações reais do texto literário ficcional. Assim, teremos subsídios para dialogar com a contemporaneidade, enfatizando como os textos literários contemporâneos podem servir de reflexão e de interrogação de/para questões atuais e uma posição de entremeio para/entre epistemologias, construindo, assim, uma ampliação do olhar

clássico tradicional de análise literária. Dessa forma, a análise de discurso materialista, unida aos Estudos Literários, oferece novas perspectivas tanto para a crítica literária, quanto para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, materializadas pelo(s) discurso(s).

Essas perspectivas nos deram subsídios também para reconhecer como a relação entre *memória* e *esquecimento* operam na construção de corpos discursivos ao longo da obra, sendo eles: o corpo do etnólogo protagonista Buell Quain, como estereótipo de um corpo branco, os corpos indígenas e o próprio corpo da narrativa. Assim, por meio do gesto de leitura seguido do trabalho de análise, foi possível entender, como caráter de resultado, que o corpo de Buell Quain é trazido juntamente aos efeitos de memória discursiva construída por ele (no lugar dele), também por suas vivências documentadas, das lembranças trazidas por outros personagens e pelo efeito ficcional atribuído à trama. Dessa forma, essas memórias são reinterpretadas por meio do que Michel Pêcheux (1975) irá tratar como *esquecimento nº 1*, no qual os personagens e os enunciadores, em diferentes posições-sujeito, acreditam ter controle sobre o que lembram e sobre a narrativa que constroem sobre, a partir de e para Buell Quain, esquecendo-se que, para enunciar, eles permanecem sempre condicionados no/pelo discurso.

Já a construção dos corpos indígenas, em sua maioria, é marcada pelo *esquecimento nº 2*, no qual os enunciadores selecionam, no interior da formação discursiva, palavras, expressões e enunciados que melhor empregam o efeito de sentido que buscam enunciar. No caso de *Nove Noites*, a descrição dos corpos indígenas é acompanhada por adjetivações que produzem um efeito de sentido pejorativo, comparando os corpos indígenas aos corpos brancos e as culturas Trumai às demais já vistas, colocando-os como “outros” em posições inferiores e subalternas, que reforçam uma relação de poder. Para além dessa posição de “outro”, os corpos indígenas, em relação hierárquica ao branco, são negligenciados a assumirem a posição de corpo notável, sobrando apenas a abjeção (Butler, 2015). Sendo assim, a comoção social nessa disputa do dizer é concedida apenas ao corpo branco do protagonista, que, mesmo “ausente” / “morto”, é reconhecido pelas instituições ideológicas acima de qualquer corpo “vivo” indígena.

Por fim, todo o corpo da narrativa é moldado pela relação entre memória e esquecimento, costurando, junto a ele, termos como “morte” e “suicídio”, que sugerem um efeito de ausência que busca ser preenchida pelos enunciadores. No entanto, este

preenchimento não é possível, pois a discursividade dentro da obra atua como ponto de contradição, oscilando entre o lembrar e o esquecer, o dito e o não dito, construindo, pois, corpos lembrados e esquecidos, reais e imaginados, completos e fragmentados.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. HETEROGENEIDADE(S) ENUNCIATIVA(S). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 25–42, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636824. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio – agosto, 2013, p. 89-117.

BOSI, Alfredo. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Verônica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019. (Título original: *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*).

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANDIDO, Antônio, ROSENFELD, Anatol, PRADO, Décio de Almeida Prado & GOMES, Paulo Emílio Salles. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009, 5ª edição.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia Editora

CARVALHO, Bernardo. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DALCASTAGNÈ, Regina (2012). **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte.

ENGELS, F. (2006). O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO MACACO EM HOMEM (1876). **Revista Trabalho Necessário**, 4(4).

FREUD, S. (1915a). Recalque. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIV.

GENETTE, Gérard. **Figuras III**. São Paulo: Estação Liberdade, 2017. 360 p.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2015. Contexto, São Paulo: 173.

LACAN. (1959-60) **O Seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Trad.: Álvaro Pina. Boitempo editorial: São Paulo, 2005.

MORRISON, Toni. Narrar o outro In: **A origem dos outros**: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Trad. Fernanda Abreu; prefácio Ta-Nehisi Coates. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista, discurso de confronto**: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990, 260

ORLANDI, Eni. Ideologia e inconsciente. In: ORLANDI, Eni. **Eu, Tu, Ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017a.

ORLANDI, Eni. **Práticas sociais de fabricação da memória**. RUA, Campinas, SP, v. 26, n. 2, p. 511–527, 2020. DOI: 10.20396/rua.v26i2.8663436. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8663436>. Acesso em: 12 mai. 2022.

ORLANDI, Eni. Um corpo migrante. In: ORLANDI, Eni. **Eu, Tu, Ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017b.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões e deslocamentos**. Tradução José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: IEL/Unicamp, n.19, p.7-24, jul.-dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Ousar pensar e ousar se revoltar**: ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages, v.1, n.4, p. 1-22, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. (1983) In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

SANTANA, Juliana de Castro. A exterioridade na produção do conhecimento e do sentido. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 185-195, maio/ago. 2021.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ZOPPI FONTANA, Mónica. Lugares de enunciação e discurso. LEITURA–Análise do Discurso. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística**. Maceió, v. 23, jan/jun 1999 [2002], p.15-24.